Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira **5.6.2024** / Diário / Ano 160.º / N.º 56 657 / **€ 1,50** / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

IMIGRAÇÃO ILEGAL

EXTINÇÃO DO SEF ACABOU COM CONTROLO CRIMINAL AOS VISTOS EM PAÍSES DE RISCO

Índia, Guiné-Bissau estão entre os países com grande fluxo migratório para Portugal, mas não há triagem de segurança especializada aos pedidos de visto nas representações diplomáticas. Os oficiais de ligação de imigração nas embaixadas eram inspetores do SEF, mas esse poder passou para a AIMA, sem competências policiais.

PÁG. 13

CIENTISTAS

A parasitóloga Sara e as biólogas Cláudia, Mariana e Laetitia, investigadoras portuguesas premiadas

PÁGS. 14-15

EUROPEIAS

Alargamento, Defesa e Imigração dividem cabeças de lista dos partidos mais pequenos

PÁGS. 4-7

ÍNDIA

Aliança de Modi e oposição celebram resultados eleitorais

PÁG. 19

II GUERRA MUNDIAL

80 anos do *Dia D* celebrados com testemunhos e objetos inéditos no Museu da Farmácia

PÁG. 22

VÍTOR SERRÃO

HISTORIADOR DE ARTE

"O azulejo encontra-se em todo o mundo onde os portugueses chegaram. É marca patrimonial distintiva"

PÁGS. 26-27

EURO2024 PORTUGAL 4-2 FINLÂNDIA Francisco Conceição brilha na vitória da Seleção Nacional PÁG. 24

Até ver...

Leonardo Ralha
Grande repórter do Diário de Notícias

São precisos dois para dançar o tango, mas chegam três para parar o baile

As sondagens mais recentes mostram a AD e o PS tão próximos entre si, quanto distantes das percentagens dos outros tempos, o Chega cada vez mais consolidado como a terceira força que nutre a ambição de suplantar a direita tradicional, e os restantes partidos envolvidos numa árdua luta para virem a ter, pelo menos, um deputado no Parlamento Europeu.

A confirmarem-se as indicações das sondagens, por muito que quem ficar à frente se vá esforçar por enquadrar o próximo domingo como a confirmação ou a desforra do resultado das Legislativas, as Europeias serão apenas mais um sinal do impasse e da ingovernabilidade que caracterizam o 2024 de Portugal.

O primeiro sinal veio dos Açores, onde o social-democrata José Manuel Bolieiro não conseguiu elevar a AD à maioria absoluta – muito dificultada pelo Círculo de Compensação, embora a sua existência seja mais do que defensável enquanto instrumento que limita a quantidade de votos desperdiçados –, onde o PS de Vasco Cordeiro ficou aquém da *Vitória de Pirro* que em 2020 fez de si o Passos Coelho do arquipélago, e o Chega elegeu cinco deputados.

Seguiram-se as Legislativas, nas quais o PS perdeu 42 dos 120 mandatos que deram maioria absoluta ao mais instável dos três Governos de António Costa e a AD só tem dois deputados a mais, graças à dupla do retornado CDS, incrustada no canto do hemiciclo onde passaram a sentar-se cinco dezenas de deputados do Chega.

Mais recente é o desfecho das Eleições Regionais da Madeira, antecipadas devido ao impacto de investigações judiciais que abalaram os frágeis equilíbrios que sustentavam o Executivo de Miguel Albuquerque. Salvo *in extremis* por um acordo com o desavindo CDS, que subiu para 21 o seu insuficiente respaldo parlamentar, mais não conseguiu do que ficar um mandato acima da soma de deputados do PS e do Juntos Pelo Povo. Mas para garantir a maioria absoluta, mais uma vez, precisaria dos quatro eleitos do Chega.

Em comum nos três Parlamentos Nacionais, condicionados por outros tantos triângulos nos antípodas de serem amorosos, encontra-se a impossibilidade prática de acordo estável. O "não é não" de Luís Montenegro a André Ventura, ainda mais compreensível quando o líder do Chega alimenta uma ambição assaz anunciada de promover uma "grande substituição" no quadro partidário português, trava qualquer política de alianças suficientemente forte à direita.

As Europeias serão apenas mais um sinal do impasse e da ingovernabilidade que caracterizam o 2024 de Portugal."

Só que, em simultâneo, o PS de Pedro Nuno Santos não pode ignorar o risco de poder ser visto como aliado *de facto* do partido que rotula como sendo de extrema-direita, mesmo que isso ocorra por o Chega aprovar iniciativas legislativas socialistas em detrimento do que consta do Programa do Governo.

Diz a sabedoria popular de inspiração argentina que são precisos dois para dançar o tango, mas numa conjuntura em que faltam pares dispostos a conduzir ou a serem conduzidos, resulta ainda mais claro que chegam três para parar o baile. E que momentos decisivos, como os processos orçamentais, podem conduzir a sucessivas idas às urnas até os eleitores encontrarem pares compatíveis. Basta ver o que se está a passar noutros países europeus, com a Espanha e a Holanda a servirem de exemplo, à esquerda e à direita, para ter noção de como isso poderá ser difícil ou até traumático.

OS NÚMEROS DO DIA

500

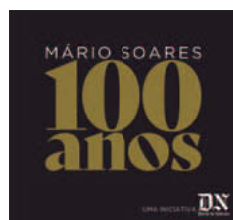
ANOS DE LUÍS DE CAMÕES
As comemorações iniciam-se em Coimbra às 00.00 horas do dia 10, no final de uma peça teatral agendada para a noite anterior, onde dois atores encarnam o poeta, anunciaram ontem os promotores.

MORTOS
é o balanço das autoridades de Saúde palestinianas de Gaza, controladas pelo Hamas, de um ataque noturno de Israel ao campo de refugiados de Bureij. Segundo esta fonte, entre as vítimas estão uma família de três pessoas e oito polícias.

600

EUROS DE APOIO
à natalidade é quanto a Câmara do Bombarral vai conceder por cada nascimento ou adoção de crianças no concelho, segundo o regulamento aprovado na última reunião do município.

78

PLANTAS
de canábis foram, na passada sexta-feira, apreendidas pela GNR de Tábua, tendo constituído arguida uma mulher de 55 anos por consumo de estupefacientes naquele concelho, anunciou ontem aquela força.

5.6.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

OS OUTROS

Alargamento, Defesa e Imigração dividem cabeças de lista dos partidos mais pequenos

Partidos que não elegeram ninguém para a Assembleia da República vão tentar fazê-lo para o Parlamento Europeu. Entre os nove, há quem esteja mais à direita e mais à esquerda, seja mais nacionalista e mais europeísta, mas todos convergem nas críticas ao estado atual da União Europeia.

TEXTO **LEONARDO RALHA** E **RUI MIGUEL GODINHO**

Nem todos os partidos portugueses representados na Assembleia da República têm garantida a eleição de, pelo menos, um dos seus candidatos no Parlamento Europeu, onde o Chega, a Iniciativa Liberal e o Livre esperam entrar pela primeira vez, e até alguns do que tiveram eurodeputados em 2019 arriscam-se a ficar de fora. Mas isso não impede que nove forças políticas ausentes do Palácio de São Bento se apresentem a votos nas eleições deste domingo com ambições de fazer aquilo que para todos (menos um) ainda não foi feito.

O único dos nove partidos sem representação parlamentar que se apresenta às Eleições Europeias de 9 de junho com experiência de ter tido eleitos em Bruxelas e Estrasburgo é o MPT, que em 2014 foi o quarto mais votado (7,14%) e elegeu António Marinho Pinto e José Inácio Faria. E, nas anteriores oito ocasiões em que os portugueses foram chamados a escolher representantes para o Parlamento Europeu, ninguém conseguiu obter um eurodeputado com menos de 4,44% dos votos, que em 1987 permitiram ao PRD ter Medeiros Ferreira como primeiro e último dos seus eleito. Mas nessa altura Portugal tinha direito a 24 mandatos, e desde que passaram a ser 21 – como agora – a percentagem mais baixa que permitiu eleger um cabeça de lista foram os 4,56% que Marisa Matias obteve para o Bloco de Esquerda em 2014.

Nada disso demove os nove partidos atualmente sem representação parlamentar que vão a votos no domingo, com posições díspares em relação ao presente e futuro da União Europeia, tendo o DN desafiado os respetivos cabeças de lista a explicarem o que advogam quanto ao Alargamento, à Defesa e às Migrações.

Recebidas as respostas, verifica-se uma enorme divergência que espelha clivagens ideológicas, com o ADN, que tem a psicóloga clínica Joana Amaral Dias como primeira candidata, a Nova Direita, pela qual avança a fundadora, Ossanda Líber, e o Ergue-te, que apresenta o ex-juiz Rui Fonseca e Castro – afastado pelo Conselho Superior de Magistratura devido a faltas injustificadas e incentivo público à violação de leis e regras sanitárias relativas à covid-19 –, posicionados contra a entrada de novos Estados-membros.

Bem diferente é a visão de candidatos europeístas, como Duarte Costa, cabeça de lista do Volt Portugal, e Márcia Henriques, do RIR – Reagir, Incluir, Reciclar.

Claramente à esquerda, o candidato do Movimento Alternativa Socialista (MAS), Gil Garcia, diz que a invasão da Ucrânia, "numa guerra preparada pelos EUA e a NATO", é algo que se enquadra "numa disputa mundial entre imperialismos". E Pedro Ladeira, do Nós, Cidadãos, quer "campanhas de recrutamento de mão-de-obra aos países cujas pessoas mais rapidamente se adaptem ao mercado de trabalho".

ADN
JOANA AMARAL DIAS

ALARGAMENTO

O momento conturbado que se vive na Europa, quer a nível político, económico ou social, não permite a expansão da União Europeia (UE). Todavia, qualquer alargamento dependerá sempre de diversos fatores, incluindo o progresso dos países candidatos nas reformas necessárias e a capacidade da UE de integrar novos membros.

Atualmente, todos os países candidatos não cumprem os Critérios de Copenhaga, que incluem instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, Direitos Humanos, respeito e proteção das minorias, uma economia de mercado funcional, e a capacidade de assumir as obrigações de adesão à UE. Portanto, é absolutamente inoportuno.

O Montenegro e Sérvia não cumprem com o Estado de Direito e mantêm uma relação explosiva com o Kosovo. A Macedónia do Norte mantém complexas disputas com a Grécia. A Albânia ainda não conseguiu dar garantias de conseguir manter um Estado de Direito ou combater minimamente a corrupção. A Ucrânia e a Moldávia sofrem de graves problemas em áreas como Justiça, corrupção e Direitos Humanos. A Geórgia precisa de avançar em várias reformas políticas e económicas para alcançar o estatuto de candidato formal.

"A haver integração de novos países, teria de ser feita de forma que não comprometesse a coesão. (...) Enquanto não arrumarmos a nossa casa, apoiar o alargamento é um ato suicida da própria UE."

Joana Amaral Dias
Cabeça de lista do ADN

Na própria UE, é preciso realizar reformas internas para garantir a capacidade de absorção de novos membros, o que inclui ajustes nos mecanismos de tomada de decisão, orçamento e políticas comuns, sendo que, a haver integração de novos países, teria de ser feita de forma que não comprometesse a coesão e solidariedade dentro da UE existente. Enquanto não arrumarmos a nossa casa, apoiar o alargamento é um ato suicida da própria UE.

DEFESA

Somos contra o envio de tropas (entre as quais portuguesas) para a Ucrânia sob a bandeira da UE, como sugerido pelo presidente francês Emmanuel Macron. Além disso, somos pacifistas e lutamos contra o lóbi do armamento.

Ou seja, rejeitamos a continua-

Cerca de 373 milhões de eleitores dos 27 da UE são chamados a votar, entre quinta-feira e domingo, para escolher a composição do próximo Parlamento Europeu.

ção de qualquer financiamento ou emissão de dívida para financiar mais guerras, ao contrário do PSD, do PS e, principalmente do Chega, que rejubilaram com a assinatura do acordo militar, entre Portugal e a Ucrânia, durante a última visita de Volodymyr Zelensky ao nosso país, que prevê uma ajuda de 126 milhões de euros.

Somos a favor da PAZ, palavra que nunca foi proferida desde o início da guerra na Ucrânia e que continuamos a defender todos os dias.

Existe o risco de o conflito se expandir, envolvendo mais diretamente a UE e potencialmente outros aliados da NATO, pelo que estamos mais perto do início da Terceira Guerra Mundial do que em 2022, quando negociadores ucranianos e russos quase finalizaram um acordo de paz que podia ter terminado com a guerra na Ucrânia ainda antes de ter começado.

O "documento secreto" foi agora revelado pelo Die Welt. Mas o lóbi armamentista e seus lucros obesos falaram mais alto. Podíamos ter poupado milhares de vidas! Em vez de entrar nesta espiral suicida, Portugal deveria desempenhar um papel primordial, timoneiro e histórico na Paz. Ser um protagonista nas negociações, não-neutro, mas ativo e impulsionador.

IMIGRAÇÃO

Também temos uma posição e soluções que mais ninguém apresenta, nomeadamente quanto ao *Pacto para as Migrações e Asilo*, recentemente aprovado pela União Europeia e que coloca um valor sobre a vida humana. Rejeitamos qualquer imigração que não beneficie a sociedade de acolhimento.

Sem reformas profundas no sistema de asilo, o acesso à Europa manter-se-á como território de batalha entre os traficantes e aqueles que têm mais condições físicas e económicas para pagar a jornada cara de entrada.

Os números mais recentes indicam que a esmagadora maioria dos requerentes de asilo são homens sozinhos com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos, o que levanta complexos efeitos nos países de acolhimento.

Que imigrantes queremos, precisamos e conseguimos integrar? Temos que definir, país a país, estas baias.

Os procedimentos têm de ser mais rápidos e eficientes para a avaliação de pedidos de asilo, com o objetivo de reduzir os tempos de espera e evitar longos períodos de incerteza para os requerentes, sendo essencial que os procedimentos rápidos não comprometam a qualidade e a justiça das decisões.

Também temos de garantir o fortalecimento e a cooperação com países de origem e de trânsito, onde se inclui acordos para a gestão de fronteiras e retorno de migrantes que não se qualificam para asilo.

Temos de incentivar nesses países o desenvolvimento de infraestruturas, educação, e oportunidades de emprego para criar um ambiente onde as pessoas não sintam a necessidade de migrar. Também podemos apoiar pequenas empresas e empreendedorismo local através de programas de microcrédito e treinos empresariais. Continuamos sem apoiar iniciativas de paz e resolução de conflitos nos países de origem, pois o lóbi do armamento fala mais alto. Defendemos a implementação de medidas rigorosas para combater o tráfico de pessoas e fornecer apoio às vítimas.

E, por último, não esquecer as ONG que fazem negócios no mar-alto com migrantes, usando os recursos europeus para colocar jovens do sexo masculino na Europa, sob a capa de serem exilados ou refugiados. Independentemente de qualquer solução para o problema da migração, é crucial que a UE mantenha um equilíbrio entre segurança, solidariedade e respeito dos Direitos Humanos.

MAS
GIL GARCÍA

ALARGAMENTO

O que se coloca na UE é a necessidade de resolver os grandes problemas que afetam os trabalhadores e os povos europeus.

O momento é de agir para combater a pobreza, os baixos salários e a precariedade laboral que afeta muitos países; o momento é o de colocar a agricultura e a pesca ao serviço das populações dos diversos países e libertar estes setores económicos do jugo dos interesses das grandes empresas multinacionais.

DEFESA

Defesa não deve ser confundida com preparação para a guerra. A guerra preparada pelos EUA e a NATO, a partir da "oportunidade" dada pela invasão do Exército russo na Ucrânia, enquadra-se numa disputa mundial entre imperialismos (EUA, potências europeias, China e Rússia).

O MAS opõe-se à guerra, que só interessa aos donos da economia, e combate qualquer envio de tropas portuguesas. Ao povo português já bastaram 13 anos de Guerra Colonial em defesa de interesses que nunca foram os do povo português. Somos por uma Europa de Paz e não de guerra.

IMIGRAÇÃO

O *Pacto para as Migrações e Asilo* só agrava os problemas e confronta os direitos democráticos e mesmo humanitários, como é o direito ao asilo.

O MAS defende a regularização que permita um trabalho com direitos para os imigrantes. A Europa necessita de imigrantes, para o rejuvenescimento populacional e o equilíbrio orçamental.

"O MAS opõe-se à guerra, que só interessa aos donos da economia, e combate qualquer envio de tropas portuguesas. Ao povo português já bastaram 13 anos de Guerra Colonial."

Gil Garcia
Cabeça de lista do MAS

» continuação da página anterior

MPT
MANUEL CARREIRA

ALARGAMENTO
A nossa candidatura, intitulada *Causas e Integração*, tem na sua razão de ser também o alargamento. Devendo pois manter as suas 12 estrelas, a abertura nomeadamente à Ucrânia deve acontecer.

É importante, porém, os fatores culturais, religiosos, e a realidade socioeconómica nomeadamente dos Balcãs, considerando as guerras da desintegração da ex-Jugoslávia, que há 30 anos vivi com esses povos "irmãos desavindos e rivais".

DEFESA
Quando falamos de Defesa, o sentimento automático é "(in) segurança", algo que até à guerra Rússia-Ucrânia, e também do Médio Oriente, não sentíamos nem vivíamos.

Nesse sentido o Partido da Terra e, na sua pessoa, o cabeça de lista, revelam a importância de se iniciar um progressivo processo de consciencialização das novas gerações, ou seja, passar de uma mentalidade individualista para um espírito coletivo, pelo que, sem interromper Cursos, Formações, Empregos... haver entre os 18 e os 21 anos a opção alternativa entre um Serviço Militar ou Serviço Cívico, que poderá ser cuidar da floresta, trabalhar com instituições, ou um tempo de formação e literacia política em períodos eleitorais, incluindo as mesas de voto.

Nas Eleições Europeias poder ser algo semelhante ao Programa Erasmus ou seja um intercâmbio europeu sobre a mesma temática e valores. A recente Jornada Mundial da Juventude demonstrou a riqueza e o espírito que podemos cultivar com estas oportunidades especialmente para e com os jovens europeus.

IMIGRAÇÃO
O fenómeno da Migração é tão antigo como a existência do ser humano. Procurar melhores condições de vida, viver com mais dignidade, procurar o sustento dos seus.

A título de exemplo recordemos o drama do Mediterrâneo, tão atual hoje como há dezenas de anos onde se morre, morre e morre porque quem arrisca mais não tem que a própria vida a perder.

Mas, no presente, Portugal deve dar prioridade aos países dos PALOP, em que já temos bons exemplos de pessoas que vêm para trabalhos específicos, habitação, direitos e deveres reciprocamente contratados. O mesmo é dizer-se para todos os cidadãos da UE.

★

"Portugal deve dar prioridade aos países dos PALOP em que já temos bons exemplos de pessoas que vêm para trabalhar. O mesmo é dizer-se para todos os cidadãos da UE."

Manuel Carreira
Cabeça de lista do MPT

NÓS, CIDADÃOS
PEDRO LADEIRA

ALARGAMENTO
Considerando a necessidade futura de equilíbrio geopolítico e económico mundial, num cenário que pensamos poder alimentar uma forte concorrência entre os EUA e a China, existe a necessidade de equilibrar a tentação de domínio de um sobre o outro, podendo criar condições para conflitos bélicos.

Nesse sentido, uma Europa continentalmente unida parece ser a melhor força de equilíbrio geoestratégico.

Como tal, é de perspetivar um futuro continente europeu unido, sem exceções, constituindo uma UE livre de conflitos bélicos e o máximo autossuficiente possível, a servir de fiel da balança da estabilidade mundial e de exemplo da prática da Democracia.

DEFESA
Na sequência do cumprimento do objetivo de equilíbrio geoestratégico mundial, por parte da UE, o poder bélico constitui um dos pilares de respeito e credibilidade do continente europeu, sendo que cada país deve contribuir com as suas vantagens competitivas, sem que isso se sobreponha à qualidade de vida das suas populações.

Uma Europa continentalmente unida pode significar o tal equilíbrio preventivo que se pretende.

O pensamento deve ser focado na capacidade de garantir a paz, e não na guerra, e será certamente no âmbito da Defesa que a IA poderá desempenhar um papel fundamental de proteção ao ser humano natural.

★

"É de perspetivar um futuro continente europeu unido, sem exceções, constituindo uma UE livre de conflitos bélicos e o máximo autossuficiente possível."

Pedro Ladeira
Cabeça de lista do Nós, Cidadãos

IMIGRAÇÃO
O Combate às Migrações deve ser feito nos países de origem dos refugiados, levando os Governos desses países a apostar no desenvolvimento económico interno, de maneira a que as populações não tenham necessidade de fugir contra vontade, alimentando as redes de tráfico humano.

Pelo lado das E/Imigrações, é necessário haver um planeamento realista que permita um controlo efetivo das necessidades de mão-de-obra, dirigindo campanhas de recrutamento de mão-de-obra aos países cujas pessoas mais rapidamente se adaptem ao mercado de trabalho e possam constituir família futura nos países de acolhimento.

Daí a proposta Nós, Cidadãos no programa eleitoral: Plano Europeu de Controlo da Imigração Laboral e, no caso de Portugal, o PROJECT PLACE.

NOVA DIREITA
OSSANDA LÍBER

ALARGAMENTO
Somos contra o alargamento, porque um dos problemas que a Europa enfrenta hoje é a tentativa de harmonização entre os seis Estados-fundadores (Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Itália e Países Baixos) e os restantes, que não têm o mesmo nível económico, nem social. Esta tentativa falhou de tal ordem que os povos dos Estados-fundadores, que são quem mais contribui para as Finanças Europeias, começam a dar sinais fortes de desgaste relativamente ao peso da União nas suas vidas. Se entrarem novos Estados há fortes riscos de colapso das economias que alicerçam a Europa.

★

"O direito de asilo foi totalmente desviado da sua vocação principal, a de apoiar as pessoas que são perseguidas nos seus países de origem, para se transformar num negócio."

Ossanda Líber
Cabeça de lista da Nova Direita

Ao invés de alargar, a Europa deve investir mais na cooperação entre Estados soberanos.

Além disso, no caso de uma integração da Ucrânia, por exemplo, este alargamento seria uma catástrofe para os nossos agricultores, na medida em que a Ucrânia é uma potência agrícola, o que a colocaria como o primeiro beneficiário das subvenções agrícolas da Política Agrícola Comum, condicionando ainda mais a nossa soberania alimentar.

DEFESA
Em contexto de grande ameaça de várias ordens, propomos uma NATO Europeia, independente da atual NATO, para que a Europa assuma a sua Defesa e escolha, de forma soberana, independente e de acordo com os seus próprios interesses, as guerras em que se envolve.

Seria também uma oportunidade para relançarmos e fortalecermos a indústria europeia de armamento.

IMIGRAÇÃO
A clandestinidade não deve ser um padrão. Há que desencorajar a imigração ilegal através da criação de mecanismos legais de imigração na origem.

Somos contra o Pacto sobre Migração e Asilo porque consideramos que os pedidos de asilo devem ser solicitados nos nossos consulados.

O direito de asilo foi totalmente desviado da sua vocação principal, a de apoiar as pessoas que são perseguidas nos seus países de origem, para se transformar num negócio de tráfico humano.

As nossas embaixadas e os nossos consulados devem colocar-se ao serviço da imagem e dos interesses de Portugal e trabalhar como elementos facilitadores de comunicação entre os candidatos a imigrantes e o país.

É preciso que os portugueses saibam que a desorganização que vigora nas fronteiras também tem feito emergir máfias nos nossos consulados, que criam dificuldades ao normal funcionamento dos movimentos migratórios e turísticos para oferecerem soluções em troca de dinheiro.

Edifício do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, foi alvo de obras de alargamento e melhorias em 1999.

RIR
MÁRCIA HENRIQUES

ALARGAMENTO
O RIR apoia a expansão da UE, como um meio de promover a paz, a estabilidade e o progresso económico na Europa, mas nunca negando que qualquer processo de adesão tem de ser baseado em mérito e preparado de forma cuidadosa, garantindo que todos os Estados-membros possam beneficiar de uma UE mais ampla e fortalecida, e nunca contribuindo para acentuar desigualdades.

Atualmente, há vários países-candidatos e potenciais candidatos à adesão à UE, incluindo os Balcãs Ocidentais (Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, e Kosovo), bem como a Ucrânia, a Geórgia e a Moldávia. O RIR apoia a expansão da UE para incluir estes países, desde que cumpram os critérios de adesão e realizem as reformas internas necessárias, designadamen-

EPA / CHRISTIAN HARTMANN

"Propomos a criação das Forças Armadas Europeias como um meio de fortalecer a Segurança e a Defesa das fronteiras da UE. Reconhecemos a importância de proteger as fronteiras."

Márcia Henriques
Cabeça de lista do RIR

O Volt quer simplificar os procedimentos de obtenção de visto, facilitando a inclusão dos migrantes e o preenchimento das lacunas atuais no mercado de trabalho."

Duarte Costa
Cabeça de lista do Volt Portugal

te garantindo o cumprimento dos *Critérios de Copenhaga*, que passam pela estabilidade das instituições democráticas, o respeito pelos Direitos Humanos, a existência de uma economia de mercado funcional e a capacidade de assumir as obrigações da adesão.

É imprescindível que os países-candidatos demonstrem um compromisso genuíno com as reformas necessárias e a harmonização das suas legislações com o acervo comunitário. Estivemos reunidos com a senhora embaixadora da Ucrânia, e da sua parte foi-nos garantido que irão cumprir escrupulosamente todos os requisitos para que tal venha a suceder, não querendo em nada vir a prejudicar qualquer Estado-membro.

DEFESA

Propomos a criação das Forças Armadas Europeias como um meio de fortalecer a Segurança e a Defesa das fronteiras da UE. Reconhecemos a importância de proteger as nossas fronteiras num mundo cada vez mais complexo e interligado.

A criação de Forças Armadas Europeias permitirá uma abordagem mais coordenada e eficaz para a Defesa da UE, consolidando os esforços dos Estados-membros e promovendo uma maior segurança coletiva, porquanto num contexto de ameaças transnacionais, como o terrorismo, o cibercrime e a instabilidade geopolítica, é essencial que a UE tenha capacidades militares robustas e coordenadas para proteger os seus cidadãos e interesses.

A criação de Forças Armadas Europeias pode resultar numa utilização mais eficiente e racional dos recursos militares dos Estados-membros, evitando duplicações e redundâncias e promovendo maior interoperabilidade entre as diferentes forças militares.

As Forças Armadas Europeias representarão um passo significativo na afirmação da identidade e soberania europeias, demonstrando a capacidade da UE de agir de forma unida e determinada perante desafios comuns.

Para que tal aconteça, é necessário o estabelecimento de um acordo político e institucional entre os Estados-membros da UE para a criação e operação dessas Forças Armadas Europeias, definindo as competências, estrutura de comando e financiamento das mesmas.

Será necessário também um investimento na modernização e interoperabilidade das capacidades militares dos Estados-membros, promovendo exercícios conjuntos, intercâmbio de pessoal e partilha de conhecimentos e experiências.

Imprescindivelmente terá de existir a garantia de que a criação das Forças Armadas Europeias respeita os princípios democráticos e os Direitos Humanos, e está sujeita a uma supervisão adequada por parte das instituições da UE e dos Parlamentos Nacionais.

IMIGRAÇÃO

O RIR defende uma política de migração que respeite os Direitos Humanos, promova a solidariedade e garanta a segurança de todos os envolvidos. Enquanto entendemos a necessidade de controlar as fronteiras e garantir a segurança, é crucial que isso não comprometa os direitos e a dignidade dos migrantes e requerentes de asilo.

Para tal, os Estados-membros têm que conseguir dar resposta administrativa rápida e eficaz aos pedidos existentes, quer quanto aos pedidos de asilo, quer quanto aos pedidos de Autorização de Residên- cia pendentes.

A ineficácia dos Estados-membros nos procedimentos administrativos não pode colocar em causa a soberania nacional e da UE, devendo inclusivamente estar sujeitos a sanções caso não cumpram os prazos processuais legalmente estabelecidos para a análise dos pedidos de legalização de imigrantes e de asilados.

Nesta matéria, atualmente, Portugal não é exemplo e por isso mesmo é urgente que o Governo coloque a AIMA a funcionar devidamente. O RIR propõe a aplicação de sanções aos países que não cumpram com a legislação relativa à legalização de imigrantes.

Reconhecemos a importância de garantir o cumprimento dos Direitos Humanos e a proteção dos imigrantes que buscam refúgio e oportunidades em países estrangeiros. A aplicação rigorosa da legislação de legalização de imigrantes é fundamental para garantir o respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade de todos os indivíduos, independentemente da sua nacionalidade ou estatuto migratório, promovendo o respeito pela lei e pela ordem, garantindo que os processos migratórios são conduzidos de acordo com os princípios de justiça, transparência e equidade.

Uma política de imigração justa e humanitária contribui para a promoção da integração e coesão social, permitindo que os imigrantes contribuam positivamente para a sociedade e participem plenamente na vida económica, social e cultural do país de acolhimento. A legalização de imigrantes cria canais seguros e legais para a migração, reduzindo a vulnerabilidade dos imigrantes à exploração e ao tráfico de seres humanos por parte de redes criminosas.

A nível europeu, é necessário estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação para acompanhar o cumprimento da legislação de legalização de imigrantes por parte dos países-membros da UE, identificando eventuais violações e áreas de melhoria. E defendemos a implementação de um sistema de sanções graduais para os países que não cumpram com a legislação de legalização de imigrantes, incluindo advertências, multas e outras medidas corretivas, conforme a gravidade das violações e a recorrência dos comportamentos inadequados.

VOLT PORTUGAL
DUARTE COSTA

ALARGAMENTO

Como medida para fortalecer a Europa, incrementar a sua prosperidade e fomentar a paz e a estabilidade global, o Volt só pode apoiar o alargamento do projeto europeu.

Com ameaças mais evidentes do que nunca, revela-se de suma importância incluir outros países europeus que partilham os mesmos valores na União Europeia.

É imperativo reformar a União Europeia também de modo a prepará-la para o alargamento.

DEFESA

O Volt defende uma maior integração das Forças Armadas nacionais e a criação progressiva de Forças Armadas Europeias. Este objetivo pode ser atingido através de medidas como a criação de um Quartel-General Militar Europeu (para elaborar estratégias e tomar decisões operacionais importantes sobre as operações das unidades militares da UE).

A autonomia de Defesa da União Europeia é necessária para garantir a Segurança e a Defesa comuns, sobretudo com ameaças bélicas fronteiriças.

MIGRAÇÕES

O Volt quer simplificar os procedimentos de obtenção de visto, facilitando a inclusão dos migrantes e o preenchimento das lacunas atuais no mercado de trabalho que estão a afetar a atividade e competitividade das empresas europeias.

Com medidas como a Pool de Talentos e o programa Blue Card, o Volt pretende atrair talento global, facilitar a sua entrada regular na UE e fomentar a inovação, a prosperidade e a integração na Europa.

Ausências

Erguе-te e PTP não responderam à solicitação do DN.

Parlamento pode derrubar plano do Governo para as migrações

REAPRECIAÇÃO No segundo dia em que o decreto-lei do Executivo liderado por Luís Montenegro domina a campanha eleitoral, socialistas ponderam levar à Assembleia da República o documento que pode pôr em causa os "direitos, liberdades e garantias" dos imigrantes. Não há nada que impeça esta revisão, uma vez que não se trata de uma alteração legislativa da exclusiva competência do Governo e já foi aprovada por Marcelo.

TIAGO PETINGA / LUSA

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O *Plano de Ação para as Migrações*, apresentado no início desta semana pelo Governo, além de ter dominado ontem o discurso dos partidos na campanha para as Eleições Europeias, pode vir a ser alvo de apreciação parlamentar e, a partir daí, ter três desfechos possíveis: ficar como está, ser rejeitado na íntegra ou ser objeto de alterações. A julgar pelas reações dos partidos, a terceira opção pode vir a ser a mais viável. De qualquer modo, levar o tema à Assembleia da República é uma opção que o Governo não quer seguir, sabe o DN, ao contrário do que ponderam o PS e o Chega.

"A apreciação parlamentar de um decreto-lei, fora aqueles que são da competência exclusiva do Governo, o que não é o caso, são suscetíveis de apreciação parlamentar para efeitos de confirmação ou de alteração", confirmou ao DN um jurista e ex-dirigente socialista. E o facto de já ter sido promulgado pelo Presidente da República faz com que já possa ser reapreciado, até porque antes disso ainda não estava na ordem jurídica.

Foi neste sentido que o tema foi abordado ontem na ação de campanha socialista, em Braga. "O PS, se entender que deve avançar com uma iniciativa, seja de reapreciação parlamentar do decreto-lei, de apresentação de uma proposta, no tempo certo anunciará", afirmou o secretário-geral socialista, Pedro Nuno Santos.

Momentos antes, acusara o Governo de criar um "novo problema" com a alteração legislativa produzida ao obrigar os imigrantes a terem um contrato de trabalho antes de poderem regularizar a sua permanência em Portugal, sendo que os vistos de turista já não o permitem. "É que trabalhadores ilegais continuarão a entrar em Portugal. A não ser que militarizássemos as fronteiras portuguesas, os trabalhadores ilegais continuarão a entrar em Portugal na mesma. Haverá trabalhadores ilegais com contratos de trabalho, a descontar, mas como entraram ilegalmente deixam de ter um mecanismo para a sua regularização", vincou Pedro Nuno Santos, ao lado da cabeça de lista do PS para as Eleições Europeias, Marta Temido.

Na perspetiva do líder socialista, "é o próprio Governo que prevê, no plano, a possibilidade de, por via parlamentar, se resolver estes casos, que depois se vão acumulando ao longo dos anos. Portanto, o que é que podemos vir a ter com esta solução do Governo? Regularizações extraordinárias. Como não há um mecanismo regular para quem tenha um contrato de trabalho, a trabalhar em Portugal, o que vai acontecer é que, quando se acumula um conjunto muito vasto de trabalhadores ilegais em Portugal, a trabalhar e com contrato de trabalho, passam a haver regularizações extraordinárias. E essa não é a forma correta", rematou Pedro Nuno Santos.

Para justificar a eventual reapreciação do plano do Governo para as migrações, Pedro Nuno Santos sugeriu também que a oposição deveria ter sido ouvida. "Há de facto um sentimento de impunidade, depois um ignorar da oposição em matérias tão importantes como direitos, liberdades e garantias", acusou.

Logo no início das declarações aos jornalistas, o secretário-geral do PS deixou uma crítica velada ao Presidente da República por ter promulgado tão rapidamente o *Plano de Ação para as Migrações*, no dia em que foi apresentada pelo Governo. "O Presidente e o Governo partem de um diagnóstico errado", disse, apesar de, ao longo da sua intervenção, ter recusado voltar a referir Marcelo Rebelo de Sousa. Ainda assim, Pedro Nuno Santos não foi o único a trazer o Chefe de Estado para a campanha e esteve longe de ser o primeiro a ameaçar com uma reapreciação do decreto-lei dedicado aos imigrantes.

A dedicar parte da sua campanha ao tema que a tem dominado ao longo desta sema-

PAULO NOVAIS / LUSA

André Ventura, o líder do Chega, levou a campanha do partido até Coimbra, rezou na Igreja de Santa Cruz e não se fez acompanhar pelo cabeça de lista às Eleições Europeias, António Tânger Corrêa.

Com a habitação no centro das preocupações, Catarina Martins, do BE, esteve no Porto numa ação de campanha.

FERNANDO VELUDO / LUSA

Sebastião Bugalho, o primeiro candidato a eurodeputado da AD, esteve em Coimbra numa ação de campanha e ainda respondeu às críticas do líder do PS, Pedro Nuno Santos, ao *Plano de Ação para as Migrações* do Governo.

PAULO CUNHA / LUSA

Pedro Fidalgo Marques candidato a eurodeputado do PAN, em Ourém, com a líder do partido, Inês de Sousa Real.

João Cotrim de Figueiredo, da IL, esteve em Viseu numa ação de campanha.

MIGUEL PEREIRA DA SILVA / LUSA

ANTÓNIO PEDRO SANTOS / LUSA

João Oliveira, cabeça de lista da CDU às Europeias, na Casa do Alentejo, em Lisboa.

na, o cabeça de lista da AD às Europeias, Sebastião Bugalho, respondeu às críticas de Pedro Nuno Santos, acusando-o de falta de humildade.

"O que eu espero é que o dr. Pedro Nuno Santos, enquanto líder da oposição, esteja ao lado de se proteger os imigrantes das redes de tráfico humano, que esteja ao lado da regularização de meio milhão de pessoas que estão num limbo que as deixa desprotegidas", destacou Sebastião Bugalho, dizendo esperar "mais humildade da parte de alguém que fez parte" do Governo "que criou o problema".

"Irresponsabilidade ainda maior"

Também a cabeça de lista do Bloco de Esquerda para as Eleições Europeias, Catarina Martins, não poupou nas críticas ao papel de Marcelo Rebelo de Sousa na promulgação da lei de imigrantes. "Quando o Governo diz: 'Nós vamos deixar de tratar em Portugal o que vai ser tratado pelas nossas embaixadas e consulados, que não têm meios'; o que está a dizer é que vai piorar o problema. É uma absoluta irresponsabilidade. Que o Presidente da República vá, num instante, promulgar o que sabe que não pode funcionar é uma irresponsabilidade ainda maior", declarou a ex-líder bloquista numa ação de campanha que decorreu ontem no Porto.

De acordo com Catarina Martins, o Chefe de Estado, que deveria ser "o garante das instituições", promulgou as medidas do Governo que alteram a lei de imigrantes e que, defendeu, são "erradas".

A candidata a eurodeputada do Bloco não referiu se o partido pondera uma reapreciação parlamentar do decreto-lei do Governo, mas a demonstração de descontentamento face ao diploma promulgado por Marcelo foi notória. "Eu não sei se a ideia é utilizar o discurso xenófobo da extrema-direita para, na última semana de campanha, ter um discurso contra a imigração. Acho um absurdo, acho errado e não tem nada a ver com o país que nós somos", destacou.

"Carta de exigências" do Chega

No dia da apresentação das medidas do Governo para os imigrantes, o líder do Chega, André Ventura, inaugurou o tema de levar à Assembleia da República este decreto-lei, caso o plano se mantenha "com este nível de inconsequência e ineficácia".

Para além disto, o líder do Chega ainda anunciou uma "uma carta de exigências ao Governo", que inclui mudanças a quatro diplomas do decreto-lei do Governo à lei de imigrantes, para que este passe no crivo parlamentar.

Portanto, por motivos opostos aos do PS, o Chega também pode vir a propor uma reapreciação destas medidas do Governo, o que, a verificar-se, pode levar os 50 deputados do partido a juntarem-se aos 78 socialistas que potencialmente poderão levar a travar no hemiciclo aquilo que já foi promulgado por Marcelo.

A exceção à regra

A Iniciativa Liberal, entre os partidos com assento parlamentar, foi a única força política a acompanhar com agrado a alteração legislativa do Governo à lei de imigrantes e ainda saudou a rapidez com que o Presidente da República promulgou o decreto-lei.

"Registo com agrado que alguma coisa em Portugal que é descrita como urgente é tratada como urgente", disse o cabeça de lista dos liberais às Eleições Europeias.

João Cotrim de Figueiredo, questionado sobre se o facto de Marcelo ter promulgado o decreto-lei do Governo três horas depois de ter sido apresentado faz com que o Presidente da República entre na campanha, respondeu que quem pensa assim é quem está "mal habituado à lentidão das instituições" em Portugal.

vitor.cordeiro@dn.pt

JOSÉ SENA GOULÃO / LUSA

Marta Temido, a escolha do PS para liderar a lista do partido às Eleições Europeias, passou por Braga e Viana do Castelo, onde experimentou a tradição minhota e até teve oportunidade de envergar um traje simulado, onde só era necessário colocar a face.

Reorganização da direita europeia

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Órban, numa entrevista à publicação periódica italiana *Il Giornale*, deixou ontem um apelo a um entendimento entre as líderes da extrema-direita italiana e francesa, respetivamente Giorgia Meloni e Marine Le Pen, que concorrem às Eleições Europeias em grupos políticos diferentes, para "mudarem" Bruxelas.

"Esta Comissão Europeia fracassou na agricultura, na guerra, na imigração e na economia. Agora deve sair", afirmou, acrescentando que o ato eleitoral do próximo domingo é uma "oportunidade histórica para realizar uma mudança".

"Os partidos de direita devem colaborar. Estamos nas mãos de duas mulheres que devem chegar a um acordo", continuou Órban, revelando que o seu partido, o Fidesz, quer aderir ao grupo dos Conservadores Reformistas Europeus, ao qual pertence Meloni.

Por sua vez, Le Pen está no grupo Identidade e Democracia, que integra o Chega.

Perante esta situação, Órban, um aliado estratégico de ambas as líderes de extrema-direita, acusou ainda a atual Comissão Europeia de recorrer a "instrumentos de chantagem" para impor "políticas de género e imigração" a países como a Hungria.

José Cardoso
"O PLS pretende ser digital e a *app* faz rigorosamente tudo"

ENTREVISTA Ex-candidato à liderança da Iniciativa Liberal está a lançar o Partido Liberal Social (PLS), que espera ter legalizado a tempo das Eleições Autárquicas. Promete juntar preocupações sociais e ambientais à defesa do crescimento económico e ter vocação para governar em vez de ficar pela "arrogância intelectual de que os outros são sempre muito maus".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O Partido Liberal Social (PLS) foi anunciado a poucos dias das eleições para a Assembleia Regional da Madeira e para o Parlamento Europeu. Não teme ser acusado de estar a tentar influir nos resultados do seu antigo partido?
Não. Estamos à procura de pessoas para um projeto político diferente e novo. Não havia uma data ideal... Agora há eleições, no início de julho há uma convenção da Iniciativa Liberal (IL), e não vamos, com certeza, contactar pessoas a meio de agosto, pois precisam de descanso. Estamos noutro ciclo político, que é de começar do zero. Não nos interessa minimamente o que outros partidos estão a fazer agora.

Sente-se representado nas Eleições Europeias de 9 de junho?
O problema das Europeias é que me custa que o candidato que poderia cobrir essa área tenha pensado mais em si próprio, eventualmente no seu sucesso político, do que no sucesso do partido. Não decidi o que vou fazer, mas não é a minha preocupação número um.

As pessoas que o acompanham no lançamento do PLS são todas ex-membros da Iniciativa Liberal?
Algumas virão da IL, e outras da sociedade civil, eventualmente passando por outros partidos, como o PSD, que também tem liberais. Acho que virão pessoas novas, um pouco de todo o lado.

Debateu o projeto com ex-dirigentes da IL, como Catarina Maia, Paulo Carmona e Carla Castro?
Falei com muita gente, mas o objetivo era ser o menos personalista possível. Não gosto de partidos presidencialistas, e disse-o muitas vezes na IL. Não quero o desenvolvimento do PLS focado em alguém com visibilidade pública adicional, mas sim na capacidade de atrair pessoas de valor e dar-lhes protagonismo. É um trabalho árduo, mas correto num partido liberal. Há mais Carlos Guimarães Pintos, mais Josés Cardosos, mais Carlas Castros. Na sociedade civil há muita gente com valor.

Não confirma nem desmente que tenha debatido o projeto com os ex-dirigentes da IL que mencionei.
Não vou especificar nenhum, mas falei com muitos. Pergunto-me se algum partido começou com um projeto político tão estruturado como nós. As pessoas que disse, e as outras de quem falei, que se calhar não têm visibilidade pública, terão a certeza se é um projeto onde se enquadram ou não. Não há coisa pior num partido, e isso acontece nos outros: as pessoas aderem com a ideia de que o partido é uma coisa, e depois é outra. Aconteceu na IL.

Falando sobre posicionamentos, o PLS assume-se como liberal, social e ecologista. A conciliação desses pilares é o fator distintivo?
O fator distintivo é a capacidade de intervir socialmente. Não consigo entender porque é que os liberais têm tanto medo de falar de temas sociais. Têm medo de serem identificados como socialistas, mas há muitos problemas que não se resolvem sem políticas públicas. Se os políticos não demonstram que se estão a esforçar deixamos esse discurso para os populistas. O PLS quer distinguir-se por ter uma intervenção social permanente. Tendo o liberalismo tanto sucesso na Europa, trazendo bem-estar às pessoas, se lhe acrescentarmos um olhar atento sobre as questões sociais, temos o melhor dos mundos. E não existe nenhum partido político em Portugal que o faça.

E há a questão do ecologismo, porque uma coisa muito atirada aos liberais é o alegado desinteresse com questões ambientais...
Existe o discurso de que, se houver crescimento económico, os problemas todos se resolvem. Efetivamente, os países com maior desenvolvimento económico são aqueles que estão mais facilmente a conseguir resolver os problemas de poluição e de reciclagem. Mas a ecologia é muito mais do que problemas de alterações climáticas. É muito mais uma filosofia de estarmos perante a natureza do que propriamente a resposta a problemas que agora se agudizaram e que estão na ordem do dia.

Definem-se como "um partido de Governo" e não como "um partido só de protesto". É uma crítica implícita ao seu antigo partido?
Isto é uma crítica implícita a muitos partidos.

Em particular a um que não se tornou partido de Governo agora?
O problema é que muitas críticas que fazemos viram-se contra nós próprios. E há quem acabe por encontrar mais conforto na capacidade de criticar, pois está sempre com a arrogância intelectual de que os outros são sempre muito maus e nós é que somos muito bons. O problema é o dia em que têm de pôr a mão na massa. Há que criar uma cultura dentro do partido de pessoas dispostas a governar e que não centrem a política na crítica fácil, mas em procurar factos e fazer propostas que contribuam para a melhoria de diferentes temas.

Se tivesse agora oito deputados, o PLS ter-se-ia esforçado por integrar uma solução governativa?
Estará sempre disponível para integrar uma solução governativa. mas precisa de uma lista de propostas, exigências e desejos que quer ver refletida na governação. Obviamente que depende da votação o poder de influir no Governo, mas sou adepto de que os partidos existem para governar e representar quem neles votou.

Defendendo que o PLS "não é opositor por princípio a um conservador ou a um progressista, mas sim a todas as formas de autoritarismo", onde é que se posicionam no espetro partidário? E em que parte do hemiciclo ficariam sentados os vossos futuros deputados?
Opomo-nos ao autoritarismo, que se pode refletir em progressismo e em conservadorismo, na direita e na esquerda. Há autoritarismo por todo o lado. Os partidos liberais acabam por ser identificados com o centro-direita porque, ao defenderem a liberdade das pessoas, acabam por não se poder identificar com o socialismo, que tem uma atitude autoritária na organização social e económica

> *"Gostava que o PLS fosse um partido que não fica de quatro em quatro anos à espera de eleições nacionais, mas que todos os dias faça trabalho de formiguinha pelo país fora."*

Iniciando-se agora a recolha das 7500 assinaturas para a legalização, quando prevê que o PLS possa ir a votos?
A próxima eleição prevista são as Autárquicas, daqui a um ano e três meses, provavelmente. Esperamos estar nessas eleições, apesar de a nossa preocupação ser mais a da construção do projeto político.

A hipótese de Legislativas antecipadas não é só académica...
Depende muito do Orçamento do Estado, mas tenho um *feeling* que não vai acontecer a queda do Governo, por ser tão recente.

Nos estatutos do PLS estão temas que defendeu na IL, como retirar direito de voto no Conselho Nacional a titulares de outros órgãos. Tal defesa de democracia interna é uma bofetada de luva branca?
Não. É cumprir em atos o que se diz

PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

em palavras. Não faz sentido em democracia atropelarmos a separação de poderes. Castra toda a capacidade de um partido aproveitar a energia das pessoas.

No que toca à atenção às incompatibilidades mencionam os laços familiares em primeiro grau e ser remunerado pelo partido, direta ou diretamente. É mais uma regra baseada naquilo que muitos dos que saíram da IL criticavam ao funcionamento interno do partido?

Estive quatro anos e meio na IL, três dos quais no Conselho Nacional, pelo que muito vem da experiência da IL. Outras coisas eram ideias minhas, outras são práticas políticas de outros partidos.

Preveem estruturas de simpatizantes que podem participar na dinâmica partidária, mas sem direito a eleger ou a ser eleito. O que sucedeu no Livre inspirou-vos a não irem mais longe?

Antes disso já tínhamos estudado as diretas. Ainda dentro da IL tinha refletido. As diretas não parecem uma solução que aporte mais democracia e é melhor a candidatura nominal, em que ao longo do tempo se escrutina a pessoa, dentro do partido, para saber que tipo de político é, e o que defende.

Os simpatizantes podem aceder à vossa *app* Liberal Social, apresentada como uma ferramenta que dá acesso total à vida partidária?

A *app* não é para simpatizantes. Nesse caso optámos por uma base de dados, como se fosse uma *newsletter* georreferenciada, para manter o simpatizante mais próximo da realidade locais do partido. A *app* está direcionada para quem tem uma utilização diária

O que pretendem com essa *app*?

O partido pretende ser digital e a *app* faz rigorosamente tudo: convocatórias, documentação, fóruns de debate, participação política, cobrança de quotas... Toda a vida do partido passa por aí. Só não serve para fazer votações, infelizmente, por questões de segurança. Teremos de procurar outra aplicação digital para fazer votações.

A *app* está em desenvolvimento?

Está pronta. Foi a primeira coisa de que tratámos, curiosamente, porque não fazia sentido criar um partido se não fossemos capazes de pôr as pessoas a falarem umas com as outras. Se entrar um membro em Bragança, o que fazemos? Dizemos "bem-vindo". E depois? Como mantê-lo informado, atualizado, participante, com capacidade de intervenção? Era uma premissa criar um partido em que as pessoas, ao entrarem, em 24 horas são parte ativa. Gostava que o PLS fosse um partido que não fica de quatro em quatro anos à espera de eleições nacionais, mas que todos os dias faça trabalho de formiguinha pelo país fora.

Caso das gémeas. Lacerda Sales adia ida à Comissão de Inquérito: só após Europeias

O antigo secretário de Estado Adjunto e da Saúde alegou motivos profissionais para não estar presente na audição que estava agendada para hoje, às 14.00 horas.

Ventura considera que este adiamento foi motivado por "pressões do PS ou do PSD" devido "eventualmente à campanha eleitoral" e classificou essa alegada pressão como "enorme e inaceitável".

O líder do Chega considerou que, assim, será adiado "todo o trabalho de investigação, de conhecimento da verdade, de inquirição de outras pessoas, que ficarão prejudicadas".

"Faz algum sentido ouvir a secretária de Lacerda Sales sem ouvir Lacerda Sales? Faz algum sentido saber se os serviços do Palácio de Belém falaram com os serviços do Ministério da Saúde sem ouvir o homem que era o responsável por aquela área e pela Secretaria de Estado naquela altura?", questionou.

"Tenho a certeza de que não marquei nenhuma consulta, não fiz nenhum telefonema, não conheço nenhum colega do Serviço de Pediatria", tem garantido Lacerda Sales. Porém, em declarações ao Observador já admitiu ter "mais informação", não explicando qual.

Em causa está o tratamento, em 2020, de duas gémeas residentes no Brasil – que adquiriram nacionalidade portuguesa – com o medicamento Zolgensma. Com um custo total de quatro milhões de euros (dois milhões de euros por pessoa), este fármaco tem como objetivo controlar a propagação da atrofia muscular espinal, uma doença neurodegenerativa.

A.C.

"Saneamento político", diz PS. Nove semanas, nove demissões na Administração Pública

O "padrão" é "muito preocupante", dizem os socialistas. "Em apenas nove semanas, o Executivo já afastou nove dirigentes da Administração Pública. (...) a demissão do Conselho de Administração da AICEP, que tinha resultados positivos ao nível das exportações e do investimento direto estrangeiro, é mais uma prova de saneamento político", acusa o deputado Hugo Costa.

O PS requereu ontem uma audição parlamentar do ministro da Economia, Pedro Reis, com o objetivo de perceber as razões da substituição da administração da AICEP.

Para Hugo Costa, esta é uma decisão do Governo tomada por "*partidarite*", a mesma expressão usada na segunda-feira por Augusto Santos Silva para criticar o caso, que é parte de um padrão que já levou a "nove purgas em nove semanas", acusou.

O socialista referia-se às exonerações anteriores na PSP, no Instituto da Segurança Social, na Santa Casa da Misericórdia, na Direção Executiva do SNS, na Museus e Monumentos EPE, na Património Cultural IP, Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém.

"O conselho de administração que foi dissolvido ontem [segunda-feira] era um conselho de administração com resultados. (...) não faz, para nós, sentido uma demissão apenas por conveniência", afirmou.

Hugo Costa defendeu que a única conveniência nesta decisão é "partidária e política" e relembrou que o primeiro Governo liderado por António Costa, que tomou posse em 2015, não mudou as escolhas do anterior Executivo na administração da AICEP. **A.C.**

Não muda nada. Albuquerque mantém todos os anteriores governantes do PSD

Quem estava ficou. "A ideia (...) é mantermos o Governo com os mesmos titulares, uma vez que, dadas as circunstâncias e a necessidade de termos um Governo que atue o mais rapidamente possível, é necessário ter secretários com experiência, já dentro dos *dossiers*", afirmou Miguel Albuquerque.

A lista dos membros do novo Executivo, mantém-se praticamente igual, com exceção da Secretaria Regional da Economia, Mar e Pescas, tutelada por Rui Barreto (CDS), que é extinta.

Questionado sobre se já fez negociações com os partidos da oposição e se acredita que o Programa do Governo e a respetiva moção de confiança serão aprovados, Miguel Albuquerque afirmou que os resultados eleitorais, que não deram maioria absoluta ao PSD – foi o pior resultado desde 1976–, "impõe um conjunto de concertações e entendimentos no quadro parlamentar para prosseguir a governação".

Como o DN noticiou a 1 de junho, PAN, IL e Chega admitem viabilizar o Governo do PSD.

"Deixaremos passar [o Programa do Governo] desde que vá ao encontro dos valores e princípios do PAN", garantiu, ao DN, Mónica Freitas, líder regional.

A IL diz que a sua resposta depende da inclusão ou não das oito medidas do caderno de encargos da IL.

O líder regional do Chega Miguel Castro, ao DN, admitiu "avaliar o programa" sendo que a "condição primordial" é o afastamento de Miguel Albuquerque da liderança do Governo Regional. **A.C.**

Opinião
Pedro Tadeu

Quantos mortos há na guerra na Ucrânia?

Vejo uma notícia da BBC News datada de 21 de Abril[1]: uma análise promovida pelo *media* estatal britânico em colaboração com um *site* em língua russa e inglesa chamado Mediazona[2] (descrito pela BBC como "independente"), que incluiu a contagem de campas em cemitérios feita por voluntários no terreno, estima que as mortes de tropas russas em combate, desde o início da invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, ultrapassam os 54 mil militares.

A notícia da BBC escreve que provavelmente o número real é muito maior (o Mediazona atira mesmo a possibilidade de serem mais de 85 mil) e no 11.º parágrafo da notícia recorda-se que, do lado da Ucrânia, o presidente Vladimir Zelensky declarou em fevereiro que nessa altura se contabilizavam 31 mil militares ucranianos mortos mas que, e cito, "estimativas, baseadas em dados de inteligência dos EUA, sugerem perdas maiores".

A pergunta que fiz ao Google sobre as baixas no conflito na Ucrânia tinha-me dado apontadores para inúmeros *sites* de informação que não conheço, ao contrário da BBC. Experimento um dos primeiros, brasileiro, chamado Poder 360[3].

Ali vejo uma notícia de 24 de fevereiro deste ano, dois meses antes da notícia da BBC, que cita uma informação, então com três dias, das Forças Armadas ucranianas que afirma que os russos "perderam" 406 080 soldados, não distinguindo entre mortos e feridos.

A mesma notícia dá conta, depois, do que diz o lado russo: a informação mais recente datava de dezembro de 2023 e apontava para 383 mil baixas nas tropas ucranianas.

A mesma notícia cita depois a agência de informação Reuters que calculou o número de mortos russos em 315 mil e uma reportagem do *New York Times*, de agosto de 2023, que apontava para os 300 mil. Sobre as baixas ucranianas, nada.

Na mesma busca do Google seguem-se uma notícia da CNN Brasil, de 18 de julho do ano passado, que cita o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que declara a morte nessa guerra de 9287 civis e 161 mil feridos.[4]

Segue-se a Euronews[5]. Aqui, num balanço a dois anos de guerra, contam-se 6,4 milhões de refugiados e que, num relatório desclassificado dos serviços secretos norte-americanos, se somavam 315 000 soldados feridos ou mortos do lado russo.

A mesma notícia recorda que o *New York Times* revelara, em agosto de 2023, que 70 000 soldados ucranianos tinham sido mortos e entre 100 000 e 120 000 feridos, com base em estimativas norte-americanas. As perdas russas seriam mais elevadas: 120 000 soldados russos teriam morrido entre o início da guerra e agosto de 2023 e entre 170 000 e 180 000 teriam ficado feridos.

Desisto. Não vai ser pela consulta da internet que poderei vir a ter uma noção da verdade sobre o que se passa na Guerra da Ucrânia – a carnificina que lá acontece é tratada, quer no lado russo, quer no lado ucraniano, ao nível do segredo de Estado e os países membros da NATO seguem a mesma política, boicotando qualquer viabilidade de acompanhamento verdadeiramente independente dessa realidade.

Este boicote informativo sobre um conflito que escalou para o perigo nuclear eminente, credibilizado por uma comunicação social sem capacidade (e, muitas vezes, militantemente sem vontade) de furar esse bloqueio informativo narcotizou a visão da opinião pública portuguesa, europeia e ocidental sobre essa guerra que tem potencial para nos atirar para uma destruição quase total.

Compare-se o nível de pressão feita por largos setores da opinião pública ocidental sobre os seus governantes no caso do genocídio dos palestinianos em Gaza – em parte decorrente do trabalho de muitos corajosos jornalistas que têm divulgado, de forma independente e credível, as imagens, os factos e as mortes do que ali se passa desde o ataque terroristas do Hamas em 7 de outubro – com o comportamento dessa mesma opinião pública, claramente desinformada sobre o conflito na Ucrânia – viu-se, nesta campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, como este caminho para o suicídio europeu, parece coisa indiscutível e secundária.

Não seria tudo muito diferente se a verdade acerca da mortandade na Ucrânia fosse sendo revelada?

(1) https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4r1md09g9o
(2) https://en.zona.media/article/2022/05/11/casualties_eng
(3) https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/guerra-na-ucrania-completa-2-anos-sem-numero-claro-de-mortos/
(4) https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-civis-mortos-na-ucrania-chega-a-92-mil-aponta-onu/
(5) https://pt.euronews.com/2024/02/24/ucrania-dois-anos-de-guerra-em-numeros

Jornalista

Opinião
Jorge Costa Oliveira

Por quem os sinos mediáticos não dobram

Segundo dados de várias organizações reputadas – o *Global Conflict Tracker* do Council on Foreign Relations, o *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED), o *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP), o *World Population Review* – existem presentemente sérios conflitos armados no mundo, alguns em curso, outros num impasse, com vasto lastro de vítimas e miséria.

Desde as guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e o Hamas, às guerras civis em Mianmar (34 000 mortos em 2022-2023), no Sudão (13 000 mortos em 2023), na Somália (8000 mortos em 2023), na Etiópia/Tigray (100 000 mortos em 2022-2023), na Rep. Centro-Africana (1300 mortos em 2022-2023), na Líbia, na Síria (6000 mortos em 2023), no Iémen (10 000 mortos em 2022-2023), no Afeganistão (5000 mortos em 2022-2023), a insurreições terroristas na Nigéria (18 000 mortos em 2022-2023), no Mali (9000 mortos em 2022-2023), no Burkina Faso (12 000 mortos em 2022-2023), na R. D. do Congo (10 000 mortos em 2022-2023), nos Camarões (2000 mortos em 2022-2023), no Níger (2000 mortos em 2022-2023), em Moçambique (1200 mortos em 2022-2023), no Iraque (3200 mortos em 2022-2023), a guerras com cartéis de droga no México (14 000 mortos em 2022-2023) e na Colômbia (4000 mortos em 2022-2023) e com gangues criminosos no Haiti (3500 mortos em 2022-2023), a conflitos fronteiriços entre o Afeganistão e o Paquistão (4000 mortos em 2022-2023) ou entre a China e a Índia.

Todavia, nos média e nas redes sociais, praticamente só existem notícias sobre a guerra na Ucrânia e a guerra entre Israel e o Hamas.

Ao invés do que sucede nos EUA – onde os média cobrem os problemas nacionais de um país-continente e pouco mais (onde se inclui Israel) – na Europa há uma série de média (de que o DN é um exemplo) empenhados em efetuar uma boa e abrangente cobertura dos eventos internacionais.

Porém, na maioria dos jornais e canais noticiosos das TV, é bem patente o desinteresse pelos 17,7 milhões de pessoas que a OCHA (estrutura da ONU) estima que enfrentam atualmente fome aguda no Sudão, bem como pelas dezenas – se não centenas – de milhar de mortos na Etiópia/ Tigray e pela generalidade das guerras, mortandade e sofrimento em África ou na Ásia.

Como não há curiosidade ou interesse da opinião pública ocidental em relação a estes conflitos, não se enviam jornalistas para os cobrir, destarte perpetuando a quase invisibilidade mediática destes conflitos. Como não há cobertura mediática também não vemos universitários ocidentais a rasgar as vestes por estas causas – ou a mexer uma palha… – nos *campus* ou em manifestações.

No que tange às redes socais, ensina Diakopoulos que "[tendemos] a agir com base na predisposição psicológica de apenas nos expormos a coisas com as quais concordamos", o que é facilitado e catalisado pelos algoritmos da Google, da Meta e do X, pelo que nada nos aparece dessas guerras.

A razão pela qual estes imensos conflitos armados, com o seu cortejo de mortos e miséria, não é do conhecimento da larga maioria das pessoas é porque não merecem adequada atenção mediática, e não a têm porque a opinião pública não tem especial curiosidade ou interesse por remotos "países com moscas".

Por esses milhões de mortos e feridos, refugiados, desalojados, destituídos e esfaimados, os sinos mediáticos não dobram.

> **"(...) Existem presentemente sérios conflitos armados no mundo, alguns em curso, outros num impasse, com vasto lastro de vítimas e miséria."**

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

Os oficiais de ligação para a imigração deixaram de ser polícias e passaram a ser funcionários da AIMA.

Extinção do SEF acabou com controlo criminal aos vistos em países de risco

IMIGRAÇÃO ILEGAL Índia, Guiné-Bissau e China estão entre os países com grande fluxo migratório para Portugal, mas não há triagem de segurança especializada aos pedidos de visto nas representações diplomáticas.

TEXTO **VALENTINA MARCELINO** E **AMANDA LIMA**

Com a extinção do SEF os lugares dos designados "oficiais de ligação para a imigração" nas embaixadas portuguesas em países de origem dos principais fluxos migratórios para o nosso país deixaram de ser ocupados por inspetores desta antiga polícia de estrangeiros especializada em redes criminosas de auxílio à imigração ilegal. Esses postos passaram a ser nomeados pela nova Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) escolhidos de entre os seus funcionários da carreira administrativa, sem qualquer competência de investigação criminal.

Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Espanha/Marrocos, Guiné-Bissau, Índia e Reino Unido foram selecionados, num despacho de 2019 assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, das Finanças, Mário Centeno, e da Administração Interna, Eduardo Cabrita, como países cujos fluxos migratórios exigiam a presença especializada policial na análise de pedidos de visto.

Era, então, considerado "que a colocação de oficiais de ligação de imigração nas missões diplomáticas portuguesas nos países de origem dos maiores fluxos migratórios para Portugal, se traduz desde logo numa maior proximidade com vista a introdução de fluxos de imigração regular e ordenada e no tratamento mais célere de vistos de acordo com a legislação portuguesa, a par de se constituir como um instrumento eficaz de combate à imigração ilegal, dificultando a ação das redes organizadas que a fomentam e exploram".

Neste momento, porém, países como a Índia e a Guiné-Bissau, sinalizados pelas autoridades como risco de origem de fluxos de imigração ilegal, não têm qualquer oficial de ligação, nem está a ser feita nesses locais triagem de prevenção contra as redes de auxílio à imigração ilegal. No caso da Índia, cuja embaixada portuguesa tem também jurisdição sobre o Bangladesh e o Nepal, o último oficial de ligação de imigração do SEF deixou Nova Deli no início do ano, quando terminou a sua comissão de serviço. Ao contrário de outras embaixadas europeias, como a da Alemanha, que tem uma equipa de investigação criminal própria constituída para esta triagem, Portugal não tem um único polícia.

> No Reino Unido está um oficial de ligação para a imigração que não é da carreira de investigação criminal: uma ex-assessora da ex-Ministra Ana Catarina Mendes.

A comunidade indiana é a 4.ª maior do nosso país, com 35 416 residentes oficiais (dados de 2022 do *Relatório Anual de Imigração e Asilo – RIFA*), sendo o grupo de estrangeiros que mais tem crescido e passou a figurar no *top*-10 de nacionalidades mais representativas.

De acordo com os dados estatísticos ainda disponíveis do SEF, nos últimos cinco anos o número de títulos de residência concedidos a cidadãos indiana aumentou 210% (de 11 393, em 2017, para 35 416, em 2022); o do Bangladesh subiu 209% (de 5325 para 16 468); e o do Nepal cresceu 107% (de 11 489 para 23 839).

No caso da Guiné-Bissau, o aumento neste período de tempo foi de 46% (de 16 186 para 23 737) e fazendo parte da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) a representação diplomática aportuguesa pode ainda vir a ter um reforço de peritos analistas de vistos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme consta no *Plano de Ação para as Migrações* anunciado na segunda-feira pelo Governo. "Reforço da capacidade de resposta e processamento dos Postos Consulares identificados como prioritários, considerando, designadamente, os fluxos migratórios sazonais, os objetivos estratégicos de atração de trabalhadores e a adequada implementação do Acordo de Mobilidade CPLP" é um dos objetivos definidos neste Plano.

Da lista de 2019 já referida, neste momento só o Brasil e Espanha/Marrocos ainda têm oficiais de ligação do ex-SEF, mas estão a terminar as suas comissões de serviço. No caso do Brasil, onde o Consulado de S. Paulo está a ser investigado por suspeitas de infiltração de organizações criminosas, será no fim do ano.

A China, com cerca de 22 000 nacionais com Visto de Residência em 2022 (desceu 13%) também não tem oficial de ligação em Pequim com esta especialidade.

No Reino Unido está um oficial de ligação para a imigração, que não é da carreira de investigação criminal: conforme o DN noticiou na altura, trata-se de uma técnica superior que era assessora no gabinete da então ministra Adjunta, Ana Catarina Mendes – responsável pelo processo de criação da AIMA – e foi nomeada em junho de 2023 ainda antes da extinção do SEF, que se concretizou em outubro. Nessa altura, a lei em vigor ainda exigia que os oficiais de ligação deviam ser nomeados "de entre funcionários de investigação e fiscalização do SEF, oficiais da GNR ou oficiais de polícia da PSP".

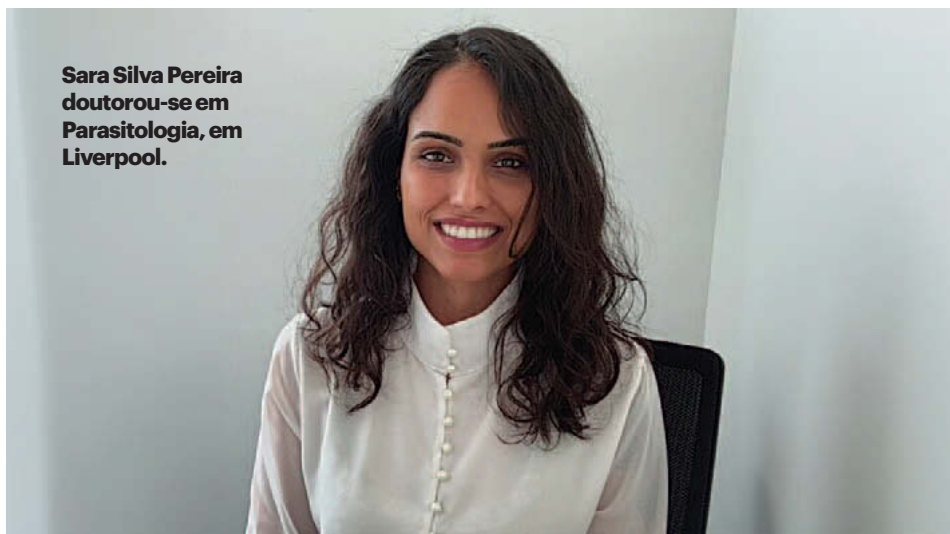
No diploma que cria a AIMA a prerrogativa para nomear os oficiais de ligação para a imigração passou a ser "sob proposta do membro do Governo responsável pela Área das Migrações" e os potenciais selecionados para o cargo serão "funcionários da AIMA, que para eles sejam designados ou a eles se candidatem".

O conteúdo funcional para estes oficiais de ligação da AIMA não foi ainda publicado, embora, tendo a agência apenas funções administrativas, está vedada qualquer competência de investigação ou securitária aos seus funcionários nomeados.

Os oficiais de ligação do SEF tinham, por regra, como missões (além de outras específicas, de acordo com o país), "cooperar com as entidades nacionais e anfitriãs; garantir a regulação do fluxo migratório; prevenir a entrada de emigrantes em situação ilegal; garantir o combate à imigração ilegal; e possibilitar o tratamento mais célere de vistos concedidos de acordo com a legislação portuguesa ou ao abrigo de acordos de imigração temporária".

Ciência escreve-se no feminino para resolver enigmas da saúde humana

INOVAÇÃO De uma possível solução para a Doença de Parkinson a um diagnóstico simples para a apneia do sono, os projetos de quatro investigadoras portuguesas na área biomédica foram distinguidas pelas *Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência*. Em 20 anos da iniciativa foram já premiadas 69 profissionais.

TEXTO **CARLA AGUIAR**

Sara Silva Pereira doutorou-se em Parasitologia, em Liverpool.

Sara Silva Pereira

Perceber como os parasitas atuam em animais e humanos

DESENVOLVER Encontrar modelos para perceber como os parasitas afetam os órgãos de animais e humanos, causando doenças como a Leishmaniose canina – uma doença incurável que afeta 12% dos cães em Portugal – é a aposta de Sara Silva Pereira.

Sara Silva Pereira quer entender como os parasitas interagem com os tecidos e causam danos à saúde no contexto de inúmeras doenças parasitárias, incluindo aquelas que chegam aos seres humanos pelo contacto com animais infetados (zoonoses) e cujo impacto na saúde humana é particularmente relevante em zonas onde há estreita ligação entre humanos e animais, como acontece nas economias agrárias ou nos locais com uma indústria pecuária forte.

Para tal, a investigadora doutorada em Parasitologia em Liverpool propõe-se desenvolver modelos tridimensionais de vários órgãos e tecidos de diferentes espécies animais – como o cérebro, o coração ou o tecido adiposo – que imitem os ambientes microscópicos dos tecidos reais, de forma controlada, para poder estudar detalhadamente várias doenças parasitárias. "Já há um modelo de vasculatura artificial, que usamos para estudar a forma como alguns parasitas se agarram aos vasos sanguíneos e, neste projeto, vamos adaptá-lo para o tornar mais complexo e versátil".

A investigadora de 30 anos vai dedicar-se especificamente ao Trypanosoma congolense, um parasita tropical que infeta o gado bovino, e pode gerar uma doença cerebral aguda muito grave, devido à interação dos parasitas com um tipo específico de células do sistema imunitário – as células T CD4+. "Vamos desenvolver um modelo ou sistema que imita a barreira hematoencefálica do gado bovino, de forma a conseguirmos investigar como a doença acontece e, com essa informação, procuraremos descobrir formas de tratar ou, pelo menos, reduzir a sua gravidade."

Outro dos objetivos é alargar este sistema para poder estudar outras doenças causadas por parasitas da mesma família – a família dos Trypanosomatidae, protozoários responsáveis por várias doenças em animais e zoonoses, como a Leishmaniose, a Doença do Sono e a Doença de Chagas. Doutorada com apenas 24 anos, Sara fez o pós-doutoramento no Instituto de Medicina Molecular – Universidade de Lisboa. Desde 2023 lidera o Laboratório Interações Parasitas-Vasculatura, no Centro de Investigação Biomédica da Universidade Católica Portuguesa. É também professora auxiliar na Faculdade de Medicina da mesma instituição.

Conjugar liderança, investigação, ensino e família nem sempre é fácil, admite. Exige trabalho contínuo e até já teve de levar a filha de 3 anos para o laboratório "porque as células não sabem as horas".

Mariana Osswald é bióloga e tem 35 anos.

Mariana Osswald

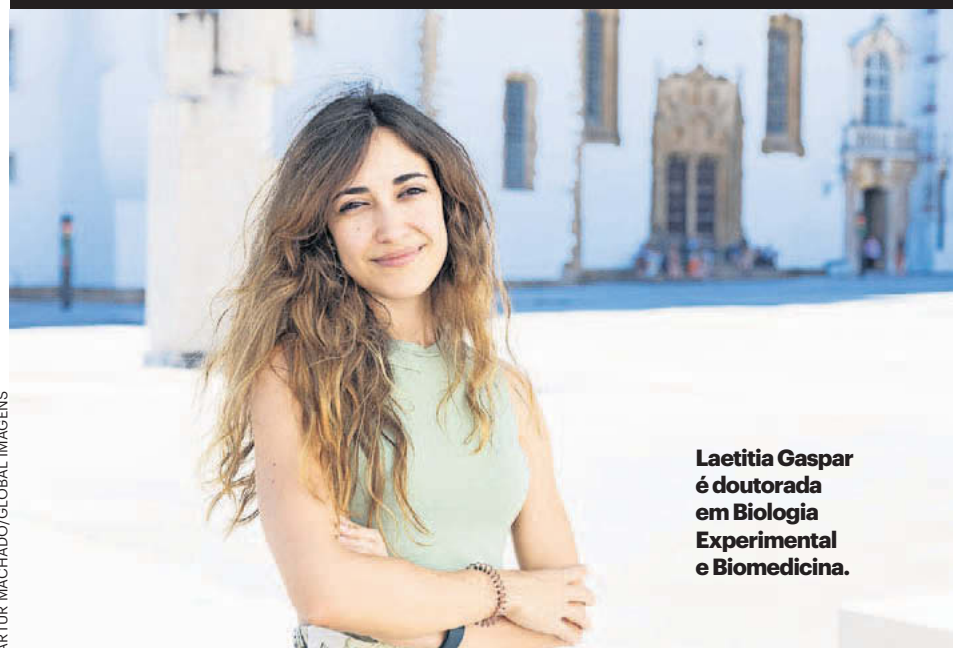
Como os epitélios podem continuar a proteger-nos

TECIDOS Doenças inflamatórias e o cancro alteram os epitélios, que são barreiras protetoras do organismo. A ideia de Mariana Osswald é compreender como estes reagem e como podem manter a sua estrutura, deixando-nos menos vulneráveis.

As perturbações de forma ou organização dos epitélios acontecem em inúmeras patologias, incluindo cancro e doenças inflamatórias, pelo que "compreender como é que os epitélios conseguem responder às interferências a que estão sujeitos e manter a sua forma é uma questão fundamental da biologia". Mariana Osswald, bióloga de 35 anos, vai desenvolver o projeto no Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto.

Embora o termo epitélio seja pouco conhecido, dá nome a um dos tipos de tecidos estruturais do nosso organismo, que revestem a superfície dos vários órgãos humanos – e animais em geral –, incluindo a pele e os órgãos internos dos vários sistemas do corpo, desde o digestivo ao respiratório. Os tecidos epiteliais formam uma barreira protetora que controla as substâncias que entram e saem do organismo – por exemplo, impedem a perda excessiva de água e a entrada de organismos indesejados (patogénicos) – e desempenham outros importantes papéis, entre os quais o controlo da temperatura e o desenvolvimento do organismo. Para manterem estas e outras funções essenciais, os epitélios necessitam de manter a sua forma e propriedades.

O projeto de Mariana vai centrar-se especificamente no estudo de uma rede de proteínas que regula a forma e as propriedades mecânicas das células – a actomiosina. Vão recorrer a técnicas inovadoras, incluindo microscopia de super-resolução e ablação de estruturas subcelulares por microcirurgia *laser*.

Mariana Osswald doutorou-se em Biologia básica e aplicada, na Universidade do Porto e é nesta instituição que continua a trabalhar, com funções de investigadora no i3S e de professora auxiliar convidada no ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. Para Mariana, uma carreira em investigação é desafiante, competitiva e exigente. "Por um lado, a precariedade do trabalho pode tornar complicado o acesso ao subsídio associado à licença de maternidade. Por outro, não é simples estar meses afastada do laboratório e manter a competitividade e produtividade necessárias para concorrer à posição seguinte com sucesso. Por fim, o impacto que criar um filho tem no tempo disponível para a investigação não se restringe à duração da licença", refere a investigadora, exemplificando que este tipo de razões pode explicar estatísticas que indicam que algumas cientistas optam por não ter filhos, por adiar esta decisão ou por mudar de profissão.

Laetitia Gaspar é doutorada em Biologia Experimental e Biomedicina.

ARTUR MACHADO/GLOBAL IMAGENS

Laetitia Gaspar

Até que ponto a apneia do sono acelera o envelhecimento?

INOVAÇÃO O projeto de Laetitia Gaspar visa conseguir diagnosticar a apneia do sono através de uma análise ao sangue. A doença não está diagnosticada em quase 90% dos casos, mas está associada a risco cardiovascular e diabetes e aumenta na menopausa.

Fazer uma espécie de radiografia integral à apneia do sono é o que propõe a investigadora Laetitia Gaspar. Para quê? Confirmar se a apneia do sono acelera o envelhecimento – já que se julga estar associada a doenças graves – e encontrar meios rápidos de diagnóstico e de tratamento. A investigadora de 31 anos viu o seu projeto, no âmbito do Centro de Neurociências e Biologia da Universidade de Coimbra, distinguido pelas *Medalhas de Honra L'Orèal -Mulheres na Ciência*.

A síndrome da apneia obstrutiva do sono é um distúrbio respiratório caracterizado pelo breve, mas frequente, bloqueio das vias respiratórias, o que interrompe parcial ou totalmente a respiração. Estima-se que 936 milhões de adultos vivam globalmente com este problema de saúde, sendo que 80% a 90% dos casos não estão diagnosticados e permaneçam, por isso, sem tratamento.

"Quais são as alterações promovidas pela apneia do sono que podem acelerar ou agravar o processo de envelhecimento? Será que as pessoas com esta síndrome envelhecem mais depressa? E poderá o tratamento reverter ou atrasar este processo?" Estas questões dão continuidade a investigações anteriores, que têm indicado haver "uma relação entre a síndrome da apneia obstrutiva do sono, o processo de envelhecimento e o desencadear de várias doenças – como a hipertensão, as doenças cardiovasculares, a diabetes e a depressão, entre outras – observadas quando esta perturbação do sono não é tratada", disse ao DN a investigadora doutorada em Biologia Experimental e Biomedicina.

Apesar da potencial gravidade dos efeitos da apneia do sono, a maioria das pessoas está apenas desperta para os sintomas mais visíveis que são o ressonar, o cansaço e perda de concentração, aponta a investigadora. Laetitia Gaspar acrescenta que "ainda não é claro como pode esta doença conduzir a alterações neurodegenerativas, depressão ou mesmo cancro, mas é uma pista a prosseguir". Acredita-se que a apneia do sono pode estar relacionada com a demência, na medida em que prejudica a limpeza do chamado "lixo celular" que ocorre durante o sono e que afeta a função cognitiva e a formação de memórias, disse Laetitia Gaspar ao DN. A investigadora refere ainda que a apneia nas mulheres aumenta significativamente após a menopausa, porque deixa de existir a proteção muscular oferecida pelos estrogénios.

O sonho da investigadora é que o projeto, premiado com 15 mil euros, permita encontrar biomarcadores que possam ser identificados, por exemplo, numa análise de sangue. "Se conseguirmos ter indicadores da presença da doença no sangue estaremos a mudar completamente o panorama do diagnóstico e monitorização da resposta ao tratamento da apneia do sono. Poderíamos diagnosticá-la através de uma simples análise no sangue."

"Pretendemos estudar diferentes tipos de alterações relacionadas com o processo de envelhecimento em amostras de sangue de doentes com apneia do sono, em comparação com indivíduos sem a doença", explica a investigadora, que irá também avaliar como estas alterações respondem ao tratamento com máscara de pressão positiva continuada, o tratamento mais comum no contexto da apneia do sono. A investigadora prossegue o seu trabalho no grupo de Neuroendocrinologia e Envelhecimento, no contexto da Apneia do Sono, e no grupo de Terapias Génicas e Estaminais para o Cérebro, em terapia génica. Na sua área de estudo, as mulheres são já a esmagadora maioria, "mas o cenário muda nas posições de topo", refere Laetitia. A seu ver, ainda estamos em processo de mudança de mentalidade e ainda existe um estigma de a mulher ser mais emotiva, insegura e ter menos perfil de liderança.

Cláudia Deus, a bióloga que estuda doenças do envelhecimento, está muito otimista.

ARTUR MACHADO/GLOBAL IMAGENS

Cláudia Deus

Um só gene pode fazer a diferença na Doença de Parkinson

NEUROLOGIA E se a solução para a Doença de Parkinson estiver num só gene sobre o qual possamos intervir e, assim, melhorar a qualidade de vida dos que sofrem desta patologia neurodegenerativa? É a proposta da investigadora Cláudia Deus.

De um modo mais científico, esta é a pergunta a que a investigadora Cláudia Deus quer responder: "Será possível ativar o gene Nrf2, cuja função está diminuída em doentes com Parkinson, usando vesículas nanométricas libertadas pelas nossas células e modificadas com RNA mensageiro sintético que codifica para este gene?"

Partindo das conclusões de estudos seus anteriores, de que o gene Nrf2 se encontra diminuído em vários pacientes com esta doença e que ele consegue regular mais 250 outros genes na célula, "se conseguíssemos aumentar a expressão desse gene – através de um fármaco por exemplo – possivelmente teríamos efeitos benéficos para os pacientes", resumiu Cláudia Deus em declarações ao DN.

Essa é a esperança que vai nortear o projeto de investigação premiado pela L'Orèal e que será desenvolvido no Instituto Multidisciplinar de Envelhecimento, da Universidade de Coimbra, onde Cláudia, de 37 anos, se doutorou em Biologia Experimental e Biomedicina. "Estou muito otimista", disse a investigadora, mãe de duas crianças de 4 e 5 anos de idade, o que considera ser mais um "desafio" a somar aos preconceitos culturais e estereótipos em torno da condição das mulheres na ciência.

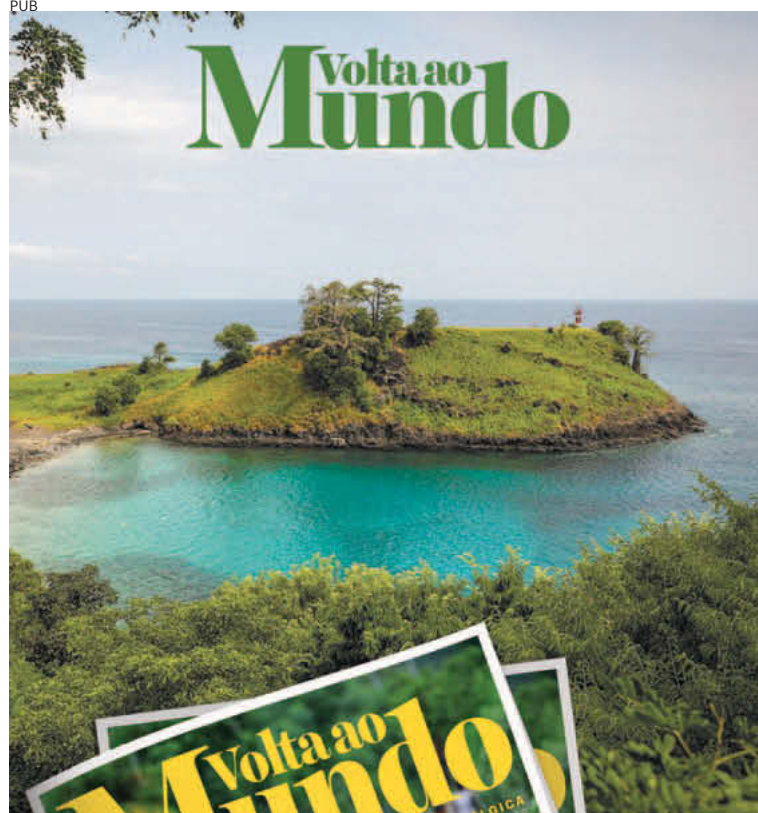
A Doença de Parkinson é uma doença neurodegenerativa que afeta o sistema nervoso central, causando uma progressiva deterioração e perda das células cerebrais responsáveis pelo controlo dos movimentos – os neurónios dopaminérgicos. "Embora não seja completamente conhecido o mecanismo exato associado à perda destas células cerebrais, há evidências de que a disfunção mitocondrial e o *stress* oxidativo são componentes fisiopatológicos importantes e que se manifestam ainda antes do aparecimento dos sintomas motores", explica a investigadora que tem "o bichinho da ciência" desde criança.

Em estudos anteriores, Cláudia Deus já demonstrara que as alterações metabólicas e mitocondriais características da degeneração dos neurónios dopaminérgicos observadas em doentes com Parkinson também estão presentes nas suas células da pele. Por isso, e dada a complexidade de fazer testes nos tecidos cerebrais, vai ser na pele que os testes serão feitos, disse ao DN.

A investigadora acredita que "a ativação do gene Nrf2 poderá ser alcançada usando RNA mensageiro sintético (mRNA), uma tecnologia recente e que esteve na base de algumas vacinas da covid-19".

"Queremos testar as vesículas extracelulares como um novo "meio de transporte e entrega" para entregar o mRNA sintético codificando para o gene Nrf2 em células. "Se este sistema de entrega inovador for bem-sucedido poderá alterar a progressão da Doença de Parkinson".

Em paralelo, Cláudia propõe-se investigar os efeitos deste sistema na disfunção metabólica e mitocondrial associada a esta doença, usando células isoladas da pele dos próprios doentes de Parkinson e, pela primeira vez, em neurónios dopaminérgicos gerados a partir das células desses mesmos doentes.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a prevalência da Doença de Parkinson duplicou globalmente nos últimos 25 anos, afetando mais de 8,5 milhões de indivíduos. Em Portugal serão perto de 20 mil pessoas a padecer de uma doença sem cura nem meios de diagnóstico precoce.

Novo presidente do Supremo (*centro*) defende medidas setoriais.

Justiça precisa de reformas urgentes. "Não estruturais, mas apenas pontuais"

POSSE Presidente do Supremo, João Cura Mariano, defende mudanças na legislação que regula entrada nas magistraturas.

O novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) defendeu ontem que a Justiça precisa de reformas urgentes, não estruturais, mas apenas pontuais, e apelou para a revisão do papel deste tribunal enquanto "instância de recurso normal".

No discurso da sua tomada de posse, que decorreu no Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa, o juiz-conselheiro João Cura Mariano afirmou que "não é necessária uma reforma estrutural do poder judicial ou das relações de equilíbrio que este mantém com os restantes poderes do Estado", considerando-o "uma harmoniosa construção constitucional que deve permanecer incólume como garante seguro de um Estado de Direito Democrático que queremos salvaguardar".

"A urgência reside antes num conjunto de medidas setoriais e pontuais, muitas delas nevrálgicas, que permitam que o Sistema Judicial responda eficazmente, o que também significa, atempadamente, a todas as novas exigências e desafios", defendeu o novo presidente do STJ, na cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e da ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice.

Para Cura Mariano, "no topo das preocupações" está a revisão da legislação que regula a entrada nas magistraturas, referindo que "não se compreende" que o anteprojeto de revisão legislativa já aprovado pelo Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários "não se tenha convertido numa proposta de lei e dado entrada na Assembleia da República", alertando para o crescente desinteresse pela profissão e para o "ponto de rutura" já atingido, com vagas por preencher "por não existirem candidatos com as condições mínimas".

Sobre os chamados megaprocessos, Cura Mariano lembrou que já estão identificadas as alterações à lei "que contribuiriam para evitar o protelamento excessivo do desfecho destes processos e que têm subjacente uma finalidade de simplificação e de agilização processuais, sem que se sacrifique o núcleo essencial das garantias de defesa dos arguidos", que devem ser acompanhadas por "medidas gestionárias robustas", afetando mais meios humanos e tecnológicos "proporcionais à complexidade dos casos".

"Mas as reformas na Justiça não competem apenas aos outros", alertou o juiz-conselheiro, que apelou para decisões nos tribunais "estruturadas, fundamentadas e redigidas de uma forma clara, e que as mesmas, sempre que tenham ou devam ter repercussão pública, sejam comunicadas de modo a que a generalidade dos cidadãos as entendam".

O presidente do STJ assinalou que toma posse num momento em que a Justiça "volta a estar na crista da onda discursiva, sob o signo da crise e da desconfiança", um fenómeno cíclico em 50 anos de democracia.

"Estas crises de credibilidade são habitualmente desencadeadas por epifenómenos que funcionam como detonadores de um alarme social, abalando a confiança em todo o Sistema de Justiça, apesar de circunscritos a eventos processuais circunstanciais e, muitas vezes, até estranhos ao funcionamento do aparelho judicial", disse.

DN/LUSA

BREVES

JMJ valeu "muito a pena" para Lisboa

O presidente da Câmara de Lisboa afirmou ontem que "valeu mesmo muito a pena" o investimento do município na *Jornada Mundial da Juventude* (*JMJ*), considerando "absolutamente único" o impacto económico de 370 milhões de euros a curto prazo. "Valeu a pena, porque quando olhamos para aquilo que a cidade fez, o esforço que fizemos, o esforço coletivo, e que investimos esses tais 35 milhões, dos quais 25 foram para a cidade, portanto, no fundo, o que a cidade investiu foi 10 milhões, e que estes 35 milhões se multiplicaram pelo menos 10 vezes. Aquilo que temos aqui de impacto económico são 370M€ no curto prazo, dos quais 290 milhões na Região de Lisboa", afirmou Carlos Moedas (PSD). Na sexta-feira, a Fundação JMJ apresentou o balanço das contas da *JMJ*, que decorreu de 1 a 6 de agosto de 2023, em Lisboa, revelando que o evento teve um resultado positivo global de cerca de 35M€.

Degradação do serviço do INEM é "inegável"

O presidente do INEM admitiu ontem que a degradação do serviço "é inegável" e defendeu a necessidade de um reforço orçamental, alegando que as verbas para o instituto representam apenas 1% dos gastos em saúde. "Sobre a degradação do serviço, ela é inegável. Não vale a pena estarmos aqui a tentar dourar uma realidade que é conhecida de todos", reconheceu Luís Meira, numa audição na Comissão de Saúde a pedido do grupo parlamentar do PSD. O INEM precisa de "ter um reforço do orçamento" para garantir as suas atribuições, salientou o responsável do instituto, para quem este é um "grande desafio que o atual Governo tem" em relação à área da emergência médica. Apesar das dificuldades, o presidente do INEM salientou que a situação "não é tão dramática como se coloca", garantindo que a sua "falência e o colapso são exageros".

Entre meadas
Paula Cardoso

Serviço doméstico remoto? Explore-se!

Lembram-se da pandemia de Covid-19? Daquela conversa do "Vai ficar tudo bem?". E da esperança de vermos nascer uma nova consciência colectiva?

As memórias desses tempos são seguramente muito diferentes para cada pessoa e família, e, embora seja uma optimista militante, ter vivido o confinamento com vista para operários da construção civil refreou a minha confiança num processo global de 're-humanização'.

Seriam eles trabalhadores essenciais? Na altura coloquei a questão a Deus e ao Mundo, e o coro de não-respostas e encolheres de ombros apenas confirmou mecânicas pré-Covid-19: há vidas que merecem protecção, outras que nem sequer são dignas de atenção.

Por isso, era vê-los ali, dia após dia, bem coladinhos, incapazes de cumprir qualquer medida de isolamento social, de higienização de mãos e substituição de máscaras. Tudo em nome da "essencial" construção de mais uma unidade hoteleira em Lisboa, projecto entretanto inaugurado.

Nessa mesma época de tantos zelos, também dei por mim numa discussão sobre o serviço doméstico, com uma pessoa das minhas relações. Apercebi-me na altura, em que lidávamos com a proibição de circulação entre municípios, que ela e o marido tinham sido incapazes de abdicar da mulher-a-dias, optando por ignorar os riscos a que a expunham quotidianamente.

Fosse porque se deslocava de carro e não de transportes públicos; fosse porque ela precisava de ganhar dinheiro; fosse porque eles, por inerência das suas funções, continuaram a trabalhar no escritório e, como tal, não tinham vida para tratar da lida da casa; fosse simplesmente porque podiam, as justificações eram acessórias.

A determinado momento perguntei: se estão preocupados com a subsistência da pessoa que não tem o privilégio de parar, e se a vocês esse dinheiro não faz falta (porque efectivamente não fazia e continua a não fazer), porque é que não garantem essa protecção a quem não a tem?

O problema, explicaram-me nas entrelinhas, é que nem roupa nem louça se lavam sozinhas, o aspirador, por mais robotizado que seja, ainda precisa de alguma supervisão humana, os móveis acumulam pó, cozinha e casa de banho exigem manutenção a detergente, e, somadas as limpezas e arrumações, tudo isso dá trabalho.

À medida que as restrições foram sendo levantadas, e que o chamado "novo normal" se foi instalando – e com ele algumas confissões de incumprimento ao longo dos sucessivos confinamentos –, fui conhecendo outros casos de serviço doméstico "essencial".

Nenhum, porém, se assemelhou àquilo que ouvi no último fim-de-semana: durante a Covid-19, houve quem se tivesse socorrido de serviço doméstico remoto. Para quem, como eu, não dispõe de uma mente criativamente extractivista, exemplifico: há relatos de quem tenha feito 'piscinas' para recolher roupas para lavar e passar, devolvendo-as devidamente tratadas; e também de quem, a partir da sua casa, tenha continuado a preparar refeições para os patrões e respectivas famílias.

O engenho, bem à medida dos que têm imunidade e impunidade de classe, está reportado no *Livro Branco do Trabalho Doméstico Remunerado*, elaborado no âmbito do projecto "Serviço Doméstico Digno", desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD).

As conclusões e recomendações foram apresentadas no último domingo, 2, no Parque da Quinta das Conchas, em Lisboa, marcado pela divulgação do manifesto "Sonhos de uma vida melhor", iniciativa da eurodeputada pelo Bloco de Esquerda, Anabela Rodrigues, que reivindica melhores condições de trabalho para quem presta serviços domésticos.

Mais do que a defesa de direitos trabalhistas fundamentais, nomeadamente a férias pagas, Anabela posiciona-se pela visibilização, valorização e reconhecimento das mulheres que limpam e cuidam das casas e famílias de outras pessoas.

Por isso, juntou Adelina Ramos, Elisabete Mascarenhas, Maria Varela e Rosa do Rosário, e, com os seus testemunhos do lado, no mês passado apresentou esse manifesto em Estrasburgo. Fê-lo a partir de uma consciência partilhada: a de que mais do que ler as reivindicações, importa conhecer que vidas elas protegem e representam.

No próximo domingo, 9, voto também por elas, pela eleição de Anabela Rodrigues para o Parlamento Europeu. Com "Sonhos de uma vida melhor" para realizar.

Fundadora do Afrolink

Opinião
Francisco George

Opinião pessoal (XXVI)

Na primeira crónica do mês que marca a época do verão, pareceu-me que faria sentido formular recomendações que visam promover a saúde e prevenir doenças na perspetiva da redução dos riscos decorrentes do clima quente e soalheiro que, no nosso país, irá prevalecer nas próximas semanas. Constituem, assim, temas que interessam à Saúde Pública.

Nessa ótica, enumero alguns aspetos preventivos a ter em conta para o calor e veraneio.

Preciso os principais:

1 Antes de tudo é preciso estar atento às recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e dos serviços de meteorologia (IPMA), uma vez que emitem alertas para situações que antecipam e que, por isso, devem ser rigorosamente observados.

Habitualmente, nos dias de sol, são sempre oportunos os conselhos para as pessoas utilizarem chapéu de abas largas, óculos escuros e vestirem roupa fresca de tipo *T-shirt*, de preferência de algodão (sem fibras sintéticas).

O mais importante é evitar a exposição ao sol quer na praia quer no campo.

Sabe-se, confirmadamente, que os efeitos tardios de "escaldões" estão na origem de cancros da pele que ocorrem anos depois (daí a importância do uso sistemático de camisas e protetores solares).

A exposição não-protegida aos raios solares (radiação ultravioleta) tem uma relação causa-efeito com o melanoma maligno, que é o mais grave dos cancros cutâneos.

O melanoma é consequência de alterações do genoma (ADN) das células produtoras de melanina (responsáveis pela pigmentação da pele). Como se compreende, o diagnóstico precoce é essencial na perspetiva do tratamento ser realizado na fase inicial, antes das respetivas metástases atingirem outros órgãos. Razão pela qual é preciso ter em atenção o aparecimento de novos sinais na pele ou a modificação dos que já existiam.

Os sinais podem ser manchas (pintas) ou nódulos. Se bem que os mais frequentes sejam benignos, há que procurar a consulta do dermatologista se apresentarem cor escura (com tonalidades e cores diferentes), com bordos irregulares e com dimensão superior a seis milímetros.

2 Os banhos de mar ou em piscinas devem ser evitados, pelo menos, entre as 12.30 e as 15.30, a fim de fugir às horas mais perigosas dos raios do Sol. Estou certo de que seria um belo exemplo se as piscinas públicas municipais fechassem ou proibissem banhos durante aquelas horas. Isso seria uma forte medida educativa, em termos de literacia para a saúde (prevenção de riscos).

3 Os afogamentos nas praias marítimas, nos rios ou em piscinas (atenção especial a crianças) constituem problemas dramáticos que exigem mais atenção. É preciso ter o maior cuidado e seguir as orientações dos nadadores-salvadores.

Ainda sobre crianças: quando eu era delegado de Saúde, lembro-me de um episódio de dois gémeos, com 10 meses, estarem a tomar banho numa pequena piscina insuflável e de um deles ter morrido afogado quando a mãe se afastou momentaneamente para ir abrir a porta ao ter ouvido a campainha tocar. O drama aconteceu em instantes.

4 Os banhistas nas praias, para além da picada pelo peixe-aranha, podem sofrer queimadura e outras lesões na pele provocadas pelo contacto direto com caravelas-portuguesas. Em qualquer das situações, é necessário seguir os conselhos das autoridades marítimas e telefonar de imediato para a LINHA ANTIVENENO através do número 800 250 250 (no caso de esquecimento do número, há que procurar socorro pelo 112).

"A exposição não-protegida aos raios solares (radiação ultravioleta) tem uma relação causa-efeito com o melanoma maligno, que é o mais grave dos cancros cutâneos."

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com

Para crescer, consultora sugere à indústria do calçado subcontratar lá fora e apostar no luxo

ESTUDO Enquanto o calçado português se valorizou 18,9% numa década (preço de exportação), o italiano apreciou-se 88%, tendo acabado por dominar 53% do mercado do calçado de luxo no mundo, de acordo com a Ernest & Young.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

"Se os fabricantes portugueses tivessem acompanhado o crescimento italiano teriam exportado mais quase 1,2 mil milhões de euros", diz a APICCAPS.

O agravamento dos custos de produção associado à "dificuldade de aumento" do preço médio de venda "põem em causa a sustentabilidade financeira" do setor do calçado, diz a Ernest & Young num estudo que será apresentado hoje no Porto. E, por isso, a consultora aponta dois caminhos possíveis: a diminuição de custos, através da subcontratação de partes da produção fora do país, e o aumento do preço médio de venda, através da exploração de segmentos de maior valor acrescentado, como o luxo. Um mercado que se estima valerá, em 2028, cerca de 38,9 mil milhões de dólares (35,7 mil milhões de euros), e que é dominado, em mais de 50%, pelos fabricantes italianos.

"Já sabemos que 2023 foi um ano muito difícil e 2024 está a sê-lo, mas temos muito orgulho na nossa indústria. O mundo mudou de uma forma muito significativa e há um conjunto de novos desafios e de novas oportunidades, e temos de perceber que caminhos queremos percorrer", explica o porta-voz da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS), a propósito da contratação do estudo *Os caminhos da indústria do calçado em direção ao luxo*.

Um trabalho que faz a comparação da evolução, na última década, do setor em Portugal e em Itália, para concluir que a diferença entre o preço médio de exportação dos sapatos italianos e dos portugueses triplicou: em 2013, o preço médio nacional era de 23,30 dólares, enquanto o italiano estava nos 35,40 dólares. Em 2023, foi de 27,70 dólares para o calçado português e de 66,60 dólares para o italiano. Ou seja, Portugal valorizou o seu produto em 18,9%, Itália valorizou-o em 88%.

"Se os fabricantes portugueses tivessem acompanhado o crescimento italiano teriam exportado mais quase 1,2 mil milhões de euros", ou seja, teriam vendido ao exterior, no ano passado, quase 3,2 mil milhões de euros, em vez dos 2 mil milhões efetivamente contabilizados.

Em causa está um setor que, segundo dados de 2022, tinha 1468 empresas, 38 513 trabalhadores e um volume de negócios de 2,6 mil milhões de euros. A questão é que o aumento do custo da mão-de-obra "foi superior ao crescimento da produtividade e do preço médio de exportação, criando pressão sobre as margens e ameaçando a sustentabilidade financeira do setor", frisa a consultora. O preço médio, como referido, cresceu 18,9%, o salário mínimo nacional subiu 57% no mesmo período. O setor está, por isso, numa fase de redefinição estratégica.

Do lado da diminuição dos custos de produção, a consultora recomenda o aumento de escala, com a integração de vários *players*, o aumento da produtividade e a otimização do custo da mão-de-obra, subcontratando fora. Além disso, é preciso diminuir os custos das matérias-primas, através da inovação do produto.

Do lado do crescimento do preço médio, as recomendações passam, além do calçado de luxo, por explorar novas fases da cadeia de fornecimento – leia-se, a aposta em marcas – e novas geografias, o que vem encaixar nas linhas do *Plano Estratégico* Cluster *do Calçado 2030*, no qual a Universidade Católica – que apresentou o trabalho no final de 2022 – alerta que o esforço de promoção internacional "carece de foco geográfico".

De acordo com a Católica, "mercados em crescimento oferecem melhores perspetivas de sucesso comercial", o que sugere que, atendendo às perspetivas de evolução da população e do PIB *per capita* de cada país, na próxima década, "será sobretudo na Ásia e em África que o consumo de calçado mais aumentará". Já entre as economias avançadas, "os EUA são o país que oferece melhores perspetivas, nomeadamente quando se considera, adicionalmente, a dimensão do mercado".

> A Coreia e o Japão são dos países que mais valorizam o calçado português", destaca Paulo Gonçalves, apon tando valores de 66,07€ por par no caso da Coreia e de 50,20€ no do Japão.

Atendendo à convicção de que o setor deve apostar em consumidores com um "rendimento igual ou superior à média do PIB *per capita* dos países da OCDE em 2020, ou seja, cerca de 38 500 dólares", foram definidas 145 cidades com mais de 500 mil clientes potenciais para o calçado *made in* Portugal. E se dois terços dos investimentos de promoção continuarão a direcionar-se para a Europa e os Estados Unidos, "há também oportunidades identificadas" na Coreia do Sul e no Japão.

Em julho, a APICCAPS tem já prevista uma "ação concertada" em Seul, onde vai organizar um *Portuguese Shoes Showcase*, para o qual levará 15 empresas portuguesas. Em agosto, irão 10 empresas marcar presença numa feira em Atlanta, nos EUA, e no início de 2025 a aposta será em Tóquio.

"A Coreia e o Japão são dos países que mais valorizam o calçado português", destaca Paulo Gonçalves, apontando valores de 66,07 euros por par no caso da Coreia, de 50,20 euros por par no Japão e de 45,83 euros nas vendas para o mercado norte-americano.

Quanto ao luxo, o porta-voz da APICCAPS assume que "o mercado mudou e as empresas portuguesas têm vindo a perder competitividade fundamentalmente nos segmentos médio e médio-baixo", ao contrário dos segmentos médio-altos, nos quais as fábricas portuguesas continuam a dar cartas. "É do conhecimento público que grande parte das grandes marcas de luxo já está a produzir em Portugal e queremos assumir-nos como a grande alternativa ao mercado italiano", frisa.

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

Narendra Modi festeja o resultado obtido, mas a vitória teve um sabor amargo.

ARUN SANKAR / AFP

642

Milhões de indianos entre 968 milhões de eleitores registados acorreram às urnas – equivalente a 34,7% de abstenção – no maior sufrágio à face da Terra.

13,4

Milhões de emigrantes têm direito a votar, mas para tal precisam de se registar e voltar à Índia para exercer o seu direito.

272

Deputados asseguram a maioria parlamentar. Em 2019, o BJP, partido de Modi, elegeu 303 deputados; desta vez a contagem apontava para 240.

Aliança de Modi e oposição celebram resultados eleitorais

ÍNDIA Primeiro-ministro vê o seu partido perder a maioria. Para assegurar um terceiro mandato terá de fazer coligação inédita com outras formações. Oposição dá mostras de vitalidade.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Houve um tempo, em Portugal, em que todos ou quase todos os partidos declaravam vitória na noite eleitoral. O mesmo se passou ontem na Índia, onde quer os partidos da aliança de Narendra Modi, quer a aliança da oposição, quer ainda os partidos regionais celebraram os resultados das eleições gerais que começaram há seis semanas.

À porta da sede do Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata Party*, BJP), em Nova Deli, Narendra Modi reivindicou vitória, mas ao apresentar-se pela terceira vez como candidato a primeiro-ministro – e contra todos os prognósticos –, o discurso teve de ser retocado.

Desta vez, o sucesso não foi do partido nacionalista hindu, mas da aliança que engloba dezenas de partidos a nível estadual, Aliança Democrática Nacional. Mas não só: "A vitória de hoje é a vitória da maior democracia do mundo", afirmou, ainda sem saber os resultados finais. Mas quando se dirigiu aos seus fiéis, o primeiro-ministro já sabia que o BJP, apesar de pouco baixar em termos percentuais (de 37,4% para 36,7%), não só falhou a vitória esmagadora que os seus dirigentes e apoiantes previam (apontavam para a eleição de 400 deputados em 543) como recuou o suficiente para perder a maioria parlamentar.

Em 2019, o BJP assegurou 303 lugares e a sua aliança 353; cinco anos depois, o partido deverá eleger à volta de 240 deputados e a aliança não irá chegar aos 300. Contas simples: Modi terá de levar para o Governo os partidos de que passa a depender.

O partido no poder fica "fortemente dependente da boa vontade dos seus aliados, o que os torna atores decisivos que se espera virem a cobrar a sua quota-parte, tanto em termos de formulação de políticas como de formação do Governo", disse o diretor do Programa do Sul da Ásia no *Carnegie Endowment for International Peace*. "Este seria um território verdadeiramente desconhecido, tanto para os indianos como para o primeiro-ministro", disse Milan Vaishnav à Associated Press.

> *"Os mais pobres e atrasados da Índia levantaram-se para salvar a Constituição. Estava confiante de que o povo deste país daria a resposta correta."*
>
> **Rahul Gandhi**
> *Líder do Congresso Nacional Indiano*

Modi, de 73 anos, mostrou-se indiferente à queda nas preferências dos eleitores no discurso de meia-hora. Preferiu reafirmar a sua agenda, o que inclui elevar a economia indiana de quinta para terceira posição através de programas específicos para jovens, agricultores, bem como o aumento das exportações e o desenvolvimento da indústria da defesa. "Este país assistirá a um novo capítulo de grandes decisões. Esta é a garantia de Modi", disse dele próprio.

Escolhido de Deus

A campanha eleitoral de Modi foi polarizadora como os dez anos do seu Governo nacionalista hindu.

Numa entrevista, disse ter sido escolhido por Deus. Nos comícios, instilou medo entre os hindus das castas mais baixas, ao dizer que o maior partido da oposição, o Congresso de Rahul Gandhi, iria acabar com os programas de ação afirmativa, retirar-lhes o gado e as joias e dá-las aos muçulmanos.

Os partidos da oposição queixam-se de perseguição por parte do poder e o exemplo mais mediático é o do líder do partido anticorrupção Aam Aadmi, Arvind Kejriwal. Este aguerrido crítico de Modi, ministro-chefe de Nova Deli e também com grande base eleitoral no Punjab, foi detido em março por suspeitas de corrupção.

Pior, o desenvolvimento do país não tem chegado a todos, caso do desemprego jovem em alta, quando, em paralelo, a bolsa de valores atinge máximos e se dá uma multiplicação de milionários.

Com uma cópia da Constituição nas mãos, Rahul Gandhi, o herdeiro da dinastia Nehru-Gandhi – mimoseado de "príncipe" pelos dirigentes do BJP – tinha motivos para se regozijar. O seu partido, reduzido a 52 lugares em 2019, quase duplicou o número de eleitos, e impediu a maioria do BJP.

Gandhi destacou o facto de o voto popular ter impedido uma maioria absoluta que poderia pôr em causa o texto fundamental do país.

"Os eleitores puniram o BJP", disse, antes de afirmar, não sem exagero, que "o país disse a Narendra Modi 'Não te queremos'".

cesar.avo@dn.pt

Será que à oitava é de vez? Farage muda de ideias e candidata-se

REINO UNIDO Líder do Reform UK vai tentar ser eleito deputado por Clacton, um círculo pró-*Brexit*. Nigel Farage diz que o objetivo é que o seu partido tome o controlo da direita britânica.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Nigel Farage começou ontem a sua oitava campanha para tentar ser eleito deputado no Parlamento britânico, esforçando-se por deixar para trás a sua imagem de agitador eurocético, mostrando que é alguém que quer "remodelar" a política de direita no Reino Unido. O antigo eurodeputado, de 60 anos, abalou a campanha eleitoral na segunda-feira ao anunciar que tinha mudado de ideias e que afinal seria candidato às eleições gerais de 4 de julho, tendo escolhido como círculo Clacton, um eleitorado pró-*Brexit* que o seu antigo Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) já deteve, mas também que tinha voltado a ser líder da sua nova força política, o Reform UK.

E foi em Clacton que Nigel Farage iniciou a sua campanha eleitoral, transmitindo a sua mensagem populista. "O que precisamos é de reativar um exército popular contra o sistema", afirmou, perante centenas de apoiantes reunidos à beira-mar.

Criticou também os conservadores do primeiro-ministro Rishi Sunak por permitirem que a imigração para o Reino Unido aumentasse dramaticamente, dizendo que estes "merecem pagar um preço" pelo seu desempenho durante 14 anos no poder.

Numa série de entrevistas recentes, Farage garantiu estar a planear uma "tomada de controlo" pós-eleitoral do Partido Conservador em vez de se juntar às suas fileiras. "Podem especular sobre o que acontecerá dentro de três ou quatro anos, tudo o que direi é que se o Reform tiver sucesso da maneira que penso que pode, então uma parte do Partido Conservador juntar-se-á a nós, é o sentido inverso", explicou ontem numa entrevista ao *Good Morning Britain*. "Não quero aderir ao Partido Conservador, acho que o melhor a fazer seria assumi-lo", acrescentou.

Farage foi cofundador do UKIP em 1993, vencendo as eleições para o Parlamento Europeu seis anos depois e tendo permanecido em Estrasburgo até 2020. O seu partido eurocético obteve uma vitória sem precedentes nas Eleições Europeias em 2014, tendo conquistado o seu primeiro lugar na Câmara dos Comuns do Reino Unido nesse mesmo ano, numa eleição especial levada a cabo após o deputado eleito por Clacton ter trocado os conservadores pelo UKIP – este assento acabou por voltar para os *tories* em 2017.

As casas de apostas estão a dar Farage como favorito a vencer em Clacton, apesar de os conservadores terem conquistado uma maioria de quase 25 mil votos em 2019. Na opinião do especialista em sondagens John Curtice é "difícil avaliar" se o líder do Reform UK vai sair vencedor, pois "mesmo nestes tempos difíceis para os conservadores, parece um lugar muito seguro", segundo escreveu ontem no *Daily Telegraph*.

"Essas pessoas, ao contrário de vocês em Clacton, não são genuinamente patrióticas. Eles não acreditam no Reino Unido e no povo britânico como vocês", disse ontem Farage na sua ação de campanha referindo-se aos *tories*, e descreveu Clacton como "a cidade mais patriótica do Reino Unido".

Uma ação de campanha que não terminou sem incidentes, com Farage a ser atingido com um batido de banana do McDonald's quando saía de um *pub*, segundo o jornal *The Sun*. Um incidente que faz lembrar os ataques semelhantes de que Farage e outros políticos de extrema-direita foram alvo em maio de 2019, durante a campanha para as Europeias e que deram origem à expressão *milkshaking*.

> Uma sondagem da YouGov para a Sky News, revelada segunda-feira, mostra que os Trabalhistas poderão conquistar 422 dos 650 assentos no Parlamento (uma maioria de 194 eleitos).

Uma maioria histórica

Este regresso de Farage ensombrou, segundo os *media* britânicos, o grande evento de campanha agendado também para ontem, mas já à noite: o primeiro debate televisivo entre o primeiro-ministro conservador Rishi Sunak e o líder dos trabalhistas Keir Starmer.

Sunak está sob uma intensa pressão para reiniciar a vacilante campanha do seu partido, depois de duas sondagens publicadas na segunda-feira preverem que os conservadores vão sofrer uma derrota histórica a 4 de julho. Mas também porque a entrada em jogo de Nigel Farage abre a perspetiva de uma divisão no voto da direita.

Os trabalhistas têm surgido à frente de todas as sondagens desde dezembro de 2021, com uma vantagem média de 20 pontos percentuais em relação aos conservadores, no poder há 14 anos.

A sondagem da YouGov para a Sky News, e revelada na segunda-feira, mostrou que o *Labour* poderá conquistar 422 dos 650 assentos no parlamento (uma maioria de 194 eleitos), naquele que seria o maior número de deputados de qualquer partido em qualquer eleição desde que o conservador Stanley Baldwin obteve uma maioria de 208 em 1924.

Já a sondagem da More in Common dava uma maioria trabalhista de 114. De referir que os dois estudos de opinião foram realizados antes de Farage anunciar a candidatura.

ana.meireles@dn.pt

EPA / TOLGA AKMEN

Depois de ser atingido com um batido do McDonald's, Farage decidiu comprar um para si e brindar.

BREVES

Geórgia avança com legislação anti-LGBT

O partido no poder da Geórgia propôs ontem uma nova legislação para proibir o que chama de "propaganda LGBT", numa nova mudança conservadora que levou a mais comparações com as leis repressivas russas.
Os planos surgiram poucas horas depois de o Governo ter assinado a sua legislação de "influência estrangeira", medidas que desencadearam semanas de protestos em massa e condenação ocidental. Bruxelas alertou Tiblíssi no mês passado que estava a "descarrilar do caminho europeu" ao apresentar propostas que vão contra os valores da UE.
O presidente do parlamento georgiano, Shalva Papuashvili, um alto quadro do Sonho Georgiano, explicou ontem que o partido estava a introduzir esta nova legislação para "proteção de menores e valores familiares".

Mulher de Sánchez ouvida a 5 de julho

A mulher do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, foi chamada a prestar declarações em tribunal no dia 5 de julho "na qualidade de investigada" num processo que investiga suspeitas de tráfico de influências e corrupção no setor privado numa série de contratos públicos adjudicados a empresas propriedade de um professor universitário com ligações a Begoña Gómez. Um tribunal de Madrid revelou a 24 de abril a abertura de um "inquérito preliminar" por alegado tráfico de influências e corrupção de Begoña Gómez, na sequência de uma queixa de uma organização ligada à extrema-direita baseada em alegações e artigos publicados *sites*. Nesse dia, Pedro Sánchez disse que ponderava deixar o cargo de primeiro-ministro. Após cinco dias de reflexão, decidiu continuar à frente do Governo espanhol.

ROMAN PILIPEY / AFP

Estados Unidos só autorizaram o uso das suas armas em reposta à ofensiva contra Kharkiv.

Kiev admite já ter usado armas aliadas em solo russo

UCRÂNIA A Rússia avisou que os instrutores estrangeiros do Exército ucraniano, independentemente do país de origem, são alvos legítimos.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O Governo ucraniano confirmou ontem o uso de "armas ocidentais" no ataque a posições militares na Rússia, depois de a utilização de equipamento fornecido a Kiev de fora das fronteiras ter suscitado um intenso debate político entre os países aliados.

A ministra-adjunta da Reintegração dos Territórios Temporariamente Ocupados da Ucrânia, Irina Vereshchuk, publicou ontem nas redes sociais imagens de um sistema de lançamento de mísseis S-300 em chamas alegadamente localizado "em território russo". Vereshchuk sublinhou que este ataque ocorreu "dias depois" da autorização de parceiros ocidentais para o uso de armamento seu cedido à Ucrânia contra objetivos russos.

O presidente ucraniano tem vindo a apelar aos países aliados para que autorizem "total margem de manobra na utilização das armas que lhes foram fornecidas". Para Volodymyr Zelensky não se pode proteger "regiões como Kharkiv sem atacar diretamente os locais a partir dos quais as forças russas lançam bombardeamentos".

O secretário-geral NATO, Jens Stoltenberg, indicou na semana passada que o levantamento das restrições às armas ocidentais para que a Ucrânia ataque a Rússia permitirá que Kiev se defenda, embora uma grande parte dos aliados esteja dividida nesta questão.

No domingo, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, confirmou que o presidente norte-americano, Joe Biden, concordou em permitir que a Ucrânia use algumas armas fornecidas por Washington para atacar solo russo, a fim de aliviar a "incrível pressão" que Moscovo exerceu sobre a região fronteiriça de Kharkiv.

"Estamos a falar de posições militares, posições de armas, esse tipo de coisas. Bases logísticas que os russos estavam a usar para criar algum tipo de zona tampão para que pudessem continuar a atacar Kharkiv", indicou Kirby, acrescentando que a permissão é limitada a esta região e no que diz respeito aos tipos de alvos a atingir.

> O ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia diz que a autorização dos aliados para usar o seu armamento contra alvos na Rússia não é uma "carta branca".

Esta segunda-feira, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, sublinhou que a autorização dos aliados de Kiev para usar o seu armamento contra alvos na Rússia não significa que as Forças Armadas tenham "carta branca".

As declarações de Kuleba foram feitas durante um encontro com o o seu homólogo estónio, Margus Tsahkna, a quem agradeceu a mudança de posição de alguns dos seus principais aliados, embora tenha sublinhado que Kiev agirá sempre no cumprimento do Direito Internacional.

Entretanto, a Rússia avisou ontem que os instrutores estrangeiros das Forças Armadas ucranianas, independentemente do país de origem, são alvos legítimos das forças russas. "Nenhum instrutor envolvido na formação dos militares ucranianos tem imunidade" contra os ataques, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

"Não importa se são franceses ou não", afirmou ainda Peskov, ao comentar uma notícia do jornal norte-americano *The Washington Post*, que avançava a existência de planos da França de enviar especialistas militares para a Ucrânia.

Com **AGÊNCIAS**

Israel volta a atacar centro de Gaza, onde se sobrevive com água do esgoto

GUERRA OMS alerta para as condições a que os habitantes do enclave estão sujeitos, quando a guerra recrudesce e pode espalhar-se para o Líbano.

Há palestinianos a beber água dos esgotos e a comer ração de animais, denuncia a Organização Mundial de Saúde (OMS). Enquanto a crise humana se agrava, no terreno, as forças israelitas voltaram a atacar o centro da Faixa de Gaza e as tensões aumentaram entre Telavive e o Hezbollah. Joe Biden, que vai levar a sua proposta de cessar-fogo ao Conselho de Segurança da ONU, criticou o primeiro-ministro israelita.

Hanan Balkhy, diretora regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, apelou para um acesso imediato às populações de Gaza, onde alguns habitantes estão obrigados a recorrer a condições desumanas para sobreviver. "Há pessoas que agora comem ração animal, comem erva, bebem água dos esgotos", disse em entrevista à AFP. A especialista em saúde infantil alertou também para os efeitos graves e duradouros nas crianças. "As crianças mal conseguem comer, enquanto os camiões estão parados à porta de Rafah." As Nações Unidas alertaram há muito para o facto de a fome estar iminente em Gaza, onde cerca de metade da população enfrenta níveis catastróficos de insegurança alimentar, com as condições a deteriorarem-se ainda mais em maio.

O exército israelita anunciou o início de uma incursão terrestre no campo de refugiados de al-Bureij, na zona central do enclave. Horas antes, e com recurso a drones, as forças de Israel atacaram uma escola da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina (UNRWA), onde dizem que se alojavam elementos do Hamas. O exército afirmou que foram utilizadas "armas de precisão" para "evitar, na medida do possível, danos a quem não estava envolvido". O Hamas, através das autoridades de Saúde, disse que o ataque causou 11 mortos, entre os quais três pessoas da mesma família e oito polícias.

Noutra frente, Israel está em alerta para novos incêndios florestais, depois de as munições disparadas do Líbano pelo Hezbollah na noite anterior terem provocado incêndios no norte de Israel. O chefe do exército, tenente-general Herzi Halevi, visitou as áreas afetadas pelo fogo e disse que Israel "estava a aproximar-se de um ponto em que teria de ser tomada uma decisão". Concluiu: "O Hezbollah aumentou os seus ataques nos últimos dias e nós estamos preparados para avançar numa ofensiva no norte."

Em entrevista à *Time*, o presidente norte-americano criticou o primeiro-ministro israelita. Questionado se acreditava que se Benjamin Netanyahu estava a prolongar a guerra para seu benefício, Biden respondeu afirmativamente. "Há muitas razões para as pessoas chegarem a esta conclusão." Em conversa com Netanyahu, o francês Emmanuel Macron apoiou a iniciativa de Biden e disse que uma Autoridade Palestiniana reformada deve governar Gaza. **C.A.**

EYAD BABA / AFP

Ajuda humanitária jordana chega a Khan Yunis por via aérea.

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

João Neto explica que a mostra de peças ligadas à II Guerra Mundial vai contar "com novas doações recentes".

80 anos do *Dia D* celebrados com testemunhos e objetos inéditos no Museu da Farmácia

II GUERRA MUNDIAL A 6 de junho, o Museu da Farmácia, em Lisboa, reserva uma tarde de tertúlia e memória, numa homenagem aos 80 anos sobre o *Desembarque na Normandia*. Para além dos testemunhos de quem viveu direta e indiretamente o momento, decorre uma conferência e é inaugurada uma mostra de objetos alusivos ao conflito mundial.

TEXTO **JORGE ANDRADE**

Terça-feira, 6 de junho de 1944. Perto de 160 mil homens cruzam o Canal da Mancha, enxameado por mais de 6000 embarcações. O *Desembarque na Normandia* substanciava-se na maior invasão por mar da história. Aquele início de junho determinaria o curso futuro da Segunda Guerra Mundial. A operação abria uma nesga na porta de libertação dos territórios ocupados pelos nazis no noroeste europeu. O *Dia D*, como ficou batizado, estabelecia os alicerces para a vitória dos Aliados na Frente Ocidental.

Como forma de assinalar os 80 anos do *Desembarque na Normandia*, o Museu da Farmácia, em Lisboa, abre as portas amanhã, 6 de junho, para uma tarde de memória e tertúlia. Um primeiro momento (às 14.30) assinala a reunião de protagonistas diretos e indiretos do *Dia D*, juntando um painel de oradores a contar de viva-voz as suas vivências naquele momento determinante. Segue-se-lhe uma mesa-redonda (16.30) subordinada ao tema *Portugal e a Segunda Guerra Mundial – A Visão dos Historiadores*. De permeio, às 16.15, inaugura a exposição com peças relacionados com o conflito mundial.

"Há uns anos adquiri algumas mochilas ligadas à Segunda Guerra Mundial, nomeadamente ao *Desembarque na Normandia*. Pertenço a uma geração para a qual a Guerra não é uma realidade muito distante no tempo. Ela chegava-nos, por exemplo, através de documentários, de artigos nas revistas que nos recordavam o conflito. Também por ligações familiares minhas com Inglaterra, com 9 anos, aproximei-me ainda mais das memórias da guerra. Queria fazer algo ligado a esta comemoração. Desta forma, ao aproximarmo-nos da data que recorda o *Dia D*, percebi o interesse que esta suscitava junto de estrangeiros a viverem em Portugal. Assim, reunimos quatro participantes que nos vão trazer diferentes memórias", sublinha João Neto, diretor do Museu da Farmácia.

Andrew Bailey, filho de um dos primeiros militares da Marinha Inglesa a colocar explosivos que permitiram o *Desembarque na Normandia*, é um dos presentes no evento. "Descobri mais tarde que um dos tios do meu cunhado inglês esteve a fazer a mesma coisa numa praia nas proximidades onde operou o pai de Bailey".

A sessão conta, ainda, com Jacqueline Vangoidsenhoven, que estava em Bruxelas durante os dias da libertação e que se recorda de um soldado inglês que lhe ofereceu um chocolate, soldado esse que reencontrou anos depois no Algarve. "Esta é uma história, realmente, emotiva, a Jacqueline vai contar-nos um episódio incrível. Ainda em miúda, aquando da libertação de Bruxelas, recebeu um chocolate das mãos de um soldado. Certo dia, numa celebração do *Dia D*, no Algarve, a Jacqueline, percebe que um senhor de idade avançada chora entre os participantes. Fora ele o soldado que nos Anos 1940 lhe dera o doce."

Também à conversa vai estar Jean Buhot, que tinha pouco mais de 5 anos quando se deu o desembarque e se recorda do barulho dos canhões dos navios; e Monique Benveniste, uma das refugiadas que veio nos comboios de França para Portugal com um visto passado pelo diplomata português Aristides de Sousa Mendes.

João Neto anuncia-nos "em primeira mão" que a mostra de peças já antes referida conta "com novas doações recentes".

"O anúncio desta iniciativa criou, nestas duas últimas semanas, um enlace interessante junto de estrangeiros a viverem em Portugal, inclusivamente com a vinda de grupos organizados de amigos dessas pessoas e de representantes de universidades. Um indivíduo ligado a uma universidade norte-americana referiu-me que o pai fora um dos oficiais que recebeu a rendição de uma ilha japonesa. A pessoa vai enviar-me algumas fotos dessa cerimónia. Não só juntaremos estes novos objetos à exposição, como as histórias vão estar aí refletidas", sublinha João Neto.

A mostra, patente a partir de dia 6 de junho no Museu da Farmácia, aproxima o visitante dos objetos presentes no *Dia D* e não só. Entre os artefactos em mostra conta-se uma mochila do Desembarque na *Praia Omaha*, em 1944, assim como a Farmácia da Enfermeira de Adolf Hitler.

"Conheço relativamente bem as farmácias inglesas e francesas da época. Certo dia disse para comigo: 'Tenho de saber como era a vida nas farmácias alemãs nos últimos tempos da Segunda Guerra Mundial.' Soube, então, que havia uma peça na Alemanha que me seria permitido trazer para Portugal. É-me entregue em mãos, pela filha, a caixa de [uma] enfermeira que fora encerrada em 1945 e assim permanecia."

Objetos que contam histórias para além da narrativa que encerram. Entre os artefactos em mostra, há a referir as caixas de medicamentos dos filmes *O Resgate do Soldado Ryan* (1998) e da série *Irmãos de Armas* (2001). "Adereços de filmes emblemáticos. Adquiri-os num leilão, após anos a aguardar por esse momento. Ninguém esquece os primeiros minutos do filme *O Resgate do Soldado Ryan*, que corre como um documentário." A mostra patente de segunda-feira a sábado, entre as 10.00 e as 18.00 horas, inclui objetos dos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald.

O encontro a 6 de junho completa-se com a conferência *Portugal e a Segunda Guerra Mundial – A visão de historiadores*, que dará palco a um momento de aprendizagem e reflexão do papel e da envolvência de Portugal neste conflito militar global, com a presença de José Barata Feyo (*Os portugueses na Resistência Francesa*), Cláudia Ninhos (*Os portugueses nos campos de trabalho nazis*), Inês Fialho Brandão (*Os refugiados que passaram por Portugal*) e Manuel Nascimento (*Uma espia portuguesa ao serviço de De Gaulle*).

Numa antecipação do ano de 2025, data em que se comemoram os 80 anos sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, João Neto, adianta que o Museu da Farmácia "não deixará passar o momento".

"Vamos comemorar esta data. Os conflitos são feitos pelos que neles combatem, mas também por todos os que se encontram nos territórios ocupados e que contribuem para a libertação."

A celebração dos 80 anos do *Dia D* no Museu da Farmácia (Rua Marechal Saldanha, n.º 1) é de entrada gratuita e aberta ao público em geral. A organização recomenda a inscrição prévia através de ligação disponibilizada na página de Facebook da instituição.

Opinião
Patricia Akester

Rumo ao Futuro: a União Europeia e decisões estratégicas em véspera de eleições

"É nos momentos de decisão que se molda o destino."
Tony Robbins

Desde a sua fundação, em 1957, a União Europeia (UE) passou de 6 membros fundadores (Benelux, Alemanha, França e Itália) para um robusto bloco de 27 nações. Celebrada narrativa de sucesso, cada etapa do seu alargamento revelou, todavia, tensões e desafios, que foram sendo superados, com tenacidade, em nome do cumprimento do projecto europeu; do sonho de uma Europa unida.

Alcançado o quinto alargamento, feito histórico que permitiu a reunificação de um continente que a *Guerra Fria* havia dividido durante meio século, tornaram-se patentes várias fragilidades na estrutura institucional da UE. A euforia deu então lugar à interrogação; a visão optimista de outrora foi substituída por uma abordagem mais cautelosa, interrompida apenas pela dramática reviravolta geopolítica desencadeada pela guerra na Ucrânia.

A chama do alargamento voltou por conseguinte a manifestar-se, tendo 3 nações (Ucrânia, Moldávia e Bósnia-Herzegovina) emergido como candidatas à adesão. Actualmente são 10 os países que batem à porta da UE, ansiando por ser incluídos num bloco que se estende para além dos Balcãs Ocidentais até às fronteiras antes desenhadas pela *Cortina de Ferro*.

Afirmar, contudo, que a integração desses 10 aspirantes será concretizada até 2030, como fez Charles Michel, presidente do Conselho Europeu (Euronews) é desconsiderar os obstáculos económicos, territoriais e diplomáticos que requerem resolução prévia.

Além disso, é imperativo (uma vez que o poder de persuasão da UE tende a diminuir drasticamente quando a adesão passa de mera probabilidade a "*fait accompli*") que qualquer alargamento seja precedido por (**i**) uma reforma incisiva dos mecanismos de decisão da UE (eliminando, por exemplo, o direito de veto no seio do Conselho Europeu) e (**ii**) pelo estabelecimento de ferramentas eficazes para garantir a subsistência do Estado de Direito nos Estados-membros (comprovado que está que a mera imposição de sanções económicas não altera a marcha de governos com propensão autocrática). O comportamento de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, ilustra inegavelmente os dois pontos.

No que toca à primeira questão, a aprovação de crucial ajuda da UE à Ucrânia foi marcada pela manipulação estratégica do poder de veto, que foi utilizado por Orbán como ferramenta de chantagem política. Indiferente aos princípios de solidariedade que norteiam a União, eclipsados por jogos de poder e interesses nacionais, o líder húngaro ameaçou bloquear a assistência em causa. Note-se que não se tratou apenas de uma ameaça ao amparo à Ucrânia, mas também de um desafio directo à capacidade de funcionamento da UE – exigindo uma reflexão profunda sobre a necessidade de reformar o processo decisório da UE e, assim, evitar que futuros impasses comprometam a acção colectiva em momentos críticos.

Quanto à segunda questão, a democracia na Hungria exibe sinais de declínio progressivo. Com efeito, o Governo de Viktor Orbán tem implementado políticas que têm gradualmente corroído pilares democráticos fundamentais, designadamente através da concentração de poder no Executivo, do enfraquecimento da independência do poder judicial, da erosão da liberdade de imprensa e da manipulação do Sistema Eleitoral como táctica recorrente contra a oposição (Euronews).

Não obstante estas dificuldades, a invasão russa levou a um empenho redobrado da União em várias frentes, especialmente no que toca à Defesa e à transição climática. Até que ponto a resposta à crise ucraniana tem redefinido o estatuto da UE na ordem internacional é, no entanto, uma questão em aberto.

Embora tenha traços de potência geopolítica resiliente, a UE não conseguiu, até hoje, abordar com coesão o flagelo que continua a assolar Gaza. Tendo a Comissão Europeia e o Parlamento reiterado o seu apoio a uma solução assente em 2 Estados, a voz e a acção do bloco encontram-se limitadas pela necessidade de unanimidade no âmbito do Conselho Europeu. Cabe, por ora, à presidência belga buscar esse consenso, o qual poderá definir o futuro da política externa e da coesão interna da União ("*UE External Action*", *EP Press Release*, 14/3/2024, Politico).

A forma como a UE navegar as crises geopolíticas, a integração de novos membros e os desafios internos poderá redefinir profundamente a sua identidade e a sua trajectória.

Se a UE optar por uma política de alargamento vigorosa, fortalecendo os seus mecanismos de decisão (nomeadamente através da eliminação do direito de veto no Conselho Europeu) e acolhendo os Estados candidatos, podemos assistir ao nascimento de uma entidade supranacional coesa e poderosa, dotada de uma voz mais assertiva no cenário global, comparável a grandes potências como os EUA e a China."

Se a UE optar por uma política de alargamento vigorosa, fortalecendo os seus mecanismos de decisão (nomeadamente através da eliminação do direito de veto no Conselho Europeu) e acolhendo os Estados candidatos, podemos assistir ao nascimento de uma entidade supranacional coesa e poderosa, dotada de uma voz mais assertiva no cenário global, comparável a grandes potências como os EUA e a China (*Politico*).

Outro caminho pode passar pela consolidação da integração interna e pelo reforço da competência da União, em áreas como a transição energética e a digitalização, fortalecendo consequentemente o seu papel económico a nível externo (*Bruegel, Centre for Strategic and International Studies*).

Um panorama mais sombrio pode emergir na ausência de reformas decisivas e na presença de pressões internas e externas contínuas. Nesta sequência, desentendimentos relativos a políticas de alargamento, fiscais, de migração, climáticas e/ou de Defesa podem acentuar divisões entre os Estados Membros, fragmentação essa que pode diminuir o peso da União no plano internacional (FMI, *SpringerOpen*).

Por último, uma conjuntura marcada por crises económicas, políticas e/ou climáticas – por exemplo, uma recessão económica devastadora, crises políticas acentuadas resultantes da permanência de Governos autoritários na União e/ou catástrofes climáticas extremas – pode levar a uma transformação radical da UE através da configuração de soluções extremas, soluções essas que tanto podem espoletar a passagem a federação como uma lamentável desintegração (*Centre for European Reform, Starseite*).

Em suma, o futuro da UE depende de opções estratégicas que moldarão a sua identidade e o seu papel no palco mundial, evidenciando a importância da participação activa e informada dos cidadãos no processo democrático que determinará o destino da União.

Nota: *A autora não escreve de acordo com o novo Acordo Ortográfico.*

Patricia Akester é fundadora de GPI/IPO, Gabinete de Jurisconsultoria e Associate do CIPIL, University of Cambridge

Francisco Conceição. "O *espalha brasas*" de serviço na vitória de Portugal sobre a Finlândia

EURO2024 Seleção nacional ganhou o primeiro dos três jogos de preparação para o Europeu (4-2). Extremo do FC Porto sofreu um penálti e assistiu Bruno Fernandes para mais dois golos de quinas ao peito. Rúben Dias será um dos capitães.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Francisco Conceição foi o melhor em campo na estreia a titular pela seleção.

PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

ESTÁDIO JOSÉ ALVALADE (LISBOA)
ÁRBITRO CHRISTIAN-PETRU CIOCHIRCA (ÁUSTRIA)

PORTUGAL	FINLÂNDIA
4	2
JOSÉ SÁ	LUKAS HRADECKY
JOÃO CANCELO	NIKOLAI ALHO (46')
RÚBEN DIAS (46')	ROBERT IVANOV
ANTÓNIO SILVA (73')	RICHARD JENSEN
NUNO MENDES (46')	ILMARI NISKANEN
JOÃO PALHINHA (46')	URHO NISSILÄ (65')
JOÃO NEVES	MATTI PELTOLA
VITINHA	ANSSI SUHONEN (81')
FRANCISCO CONCEIÇÃO	JUHO TALVITIE
DIOGO JOTA (46')	BENJAMIN KÄLLMAN (65')
RAFAEL LEÃO (46')	OLIVER ANTMAN (65')
TREINADOR	**TREINADOR**
ROBERTO MARTÍNEZ	MARKKU KANERVA
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
PEDRO NETO (46')	P. SOIRI (46')
GONÇALO RAMOS (46')	C. TERHO (65')
BRUNO FERNANDES (46')	R. LOD (65')
GONÇALO INÁCIO (46')	T. PUKKI (65')
DIOGO DALOT (46')	L. WALTA (81')
DANILO (73')	

GOLOS: RÚBEN DIAS (17'), DIOGO JOTA (45'+4', GP), BRUNO FERNANDES (55' + 84'), T. PUKKI (72' + 77').

Foi um jogo de laboratório e nem todas as experiências feitas por Roberto Martínez no triunfo de Portugal sobre a Finlândia (4-2) correram bem, como atestam os dois golos sofridos em cinco minutos. Francisco Conceição e Bruno Fernandes destacaram-se entre os demais no primeiro dos três jogos de preparação para o Campeonato da Europa, que arranca no dia 14, na Alemanha. O próximo encontro é no dia 8 com a Croácia, no Estádio Nacional.

O selecionador precisava testar José Sá para saber se pode contar com ele como número 2 de Diogo Costa em alternativa ao experiente Rui Patrício no Europeu, mas quando a Finlândia chegou perto da baliza portuguesa o guarda-redes do Wolverhampton não esteve à altura e sofreu dois golos.

Já Francisco Conceição ganhou um lugar nos 26 por mérito próprio com um final de época fulgurante, mas faltava saber se está pronto para ser titular. O extremo estreou-se como titular aos 21 anos e 6 meses – o pai, Sérgio Conceição fez a estreia como titular com 22 anos e 5 meses – e foi "o *espalha brasas* excecional" que o selecionador esperava que ele fosse. Sofreu um penálti, fez duas assistências para golo e atirou uma bola ao poste.

Com João Palhinha sem medo de meter o pé e mostrando ser a melhor opção defensiva entre os médios à disposição de Martínez, Vitinha foi o homem das bolas paradas na ausência dos maestros principais: Bernardo Silva e Bruno Fernandes. Foi ele quem marcou o canto e colocou a bola na cabeça de Rúben Dias para o 1-0 para Portugal. O defesa-central foi capitão e certamente entrará no lote de capitães para o Euro2024. O selecionador já avisou que, nas grandes competições, não segue o critério das internacionalizações e gosta de ter cinco capitães, sendo três deles escolhidos pelo balneário e dois eleitos por ele.

Quem também passou no teste de aptidão após lesão grave foi Diogo Jota. Para marcar penáltis está mais do que capacitado. Na ausência de Cristiano Ronaldo – só se apresenta dia 7, tal como Rúben Neves – e de Bruno Fernandes – começou no banco pela primeira vez na era Roberto Martínez –, foi o avançado do Liverpool o eleito para marcar a grande penalidade que castigou uma falta (questionável) sobre Francisco Conceição no final do primeiro tempo.

O intervalo serviu para o selecionador pensar em mudar muitas peças do onze. Se os primeiros 45 minutos tinham sido de domínio verde rubro e quase sem pressão ofensiva por parte da Finlândia, a segunda parte ameaçou ser mais exuberantemente bem jogada, mas acabou com calafrios.

Meter Bruno Fernandes no jogo foi o *upgrade* necessário para Portugal chegar ao 3-0, na sequência de uma excelente jogada coletiva. Gonçalo Ramos deixou para Francisco Conceição, que assistiu o médio do Manchester United para um remate de primeira, fora da área. Bruno Fernandes parece talhado para jogos de quinas ao peito. Tem 22 golos e 19 assistências em 65 internacionalizações.

O golo em vez de ser o gatilho galvanizador acabou por adormecer a seleção. Teemu Pukki aproveitar para aparecer nas costas da defensiva portuguesa e fazer dois golos em cinco minutos. Se no *lance* do segundo golo a classe do finlandês falou mais alto, no primeiro golo a defesa portuguesa fica muito mal na fotografia...

Com os finlandeses a quererem o empate, a seleção movimentou-se na procura do quarto golo e conseguiu-o mais uma vez com ajuda de Francisco Conceição, que, depois de falhar *um golo feito* serviu Bruno Fernandes para o 4-2. E ainda tentou um golo em nome próprio, mas a sua intenção esbarrou no ferro da baliza. Nada que tenha impedido o camisola 26 da seleção de receber o prémio de melhor em campo e sair aplaudido do Estádio José Alvalade.

Pepe e Nélson Semedo, mesmo sem estarem aptos para o encontro de ontem, treinaram no Estádio José Alvalade e assistiram ao encontro no banco até o árbitro perceber que não estavam na ficha de jogo. Hoje já devem treinar com os não utilizados no jogo de ontem, na sessão vespertina na Cidade do Futebol, depois da esperada visita do primeiro-ministro Luís Montenegro.

isaura.almeida@dn.pt

OS NÚMEROS DA SELEÇÃO

1. Rui Patrício
2. Nélson Semedo
3. Pepe
4. Rúben Dias
5. Diogo Dalot
6. João Palhinha
7. Cristiano Ronaldo
8. Bruno Fernandes
9. Gonçalo Ramos
10. Bernardo Silva
11. João Félix
12. José Sá
13. Danilo Pereira
14. Gonçalo Inácio
15. João Neves
16. Matheus Nunes
17. Rafael Leão
18. Rúben Neves
19. Nuno Mendes
20. João Cancelo
21. Diogo Jota
22. Diogo Costa
23. Vitinha
24. António Silva
25. Pedro Neto
26. Francisco Conceição

UEFA

Massimiliano Favo e Mattia Mosconi por Itália, Diogo Ferreira e João Santos por Portugal junto à taça.

Portugal procura 7.º título europeu Sub-17 em 36 anos

SELEÇÃO *Maradoninha*, que marcou o golo que deu o troféu em 2023, destaca Rodrigo Mora, Geovany Quenda, João Simões e Cardoso Varela. Estes jovens talentosos procuram a glória na final de hoje com a Itália.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

João Moutinho, Miguel Veloso, Vieirinha, João Coimbra, Paulo Machado (2003) e Diogo Costa, Diogo Dalot, Florentino Luís e Rafael Leão (2016) são os exemplos a seguir por Diogo Ferreira, Rodrigo Mora, João Simões, Geovany Quenda e Cardoso Varela na final do Europeu de Sub-17, frente à Itália, hoje às 18.30 (RTP1), em Limassol, Chipre.

O selecionador João Santos diz que "quando não há força, há força de vontade" e foi por isso que, em sua opinião, esta seleção está na final do Campeonato da Europa, para a qual todos os jogadores estão disponíveis. "Temos apresentado um futebol positivo, gostamos de marcar golos. Somos uma equipa que cria muitas oportunidades, queremos continuar assim", assumiu o treinador nacional.

Esta será a 30.ª final das seleções portuguesas. Nas 29 finais anteriores, a conquista do Euro2016 foi o ponto máximo dos 13 troféus ganhos, contra os 16 que as seleções deixaram fugir, sendo que o último foi, precisamente, frente à Itália em 2023, na final do Europeu de Sub-19. Portugal pode assim reforçar o estatuto de segundo país com mais títulos no escalão de Sub-17 (denominado Sub-16 até 2001), fruto dos sucessos em 1989, 1995, 1996, 2000, 2003 e 2016, tendo perdido apenas uma final, em 1988.

Márcio Sousa decidiu a final do Fontelo a 17 de maio de 2003 e acredita que há talento para uma nova conquista. O *Maradoninha*, como era apelidado, marcou o golo que bateu a Espanha (1-0) e entregou o título a Portugal. Foi esse o ponto alto da carreira do jogador, que nunca alinhou na equipa principal do F C Porto, nem num clube da I Liga.

Hoje com 34 anos, olha para os finalistas do Europeu com esperança no sucesso. "A mentalidade passa por acreditarem que são capazes de fazer algo maravilhoso. É inevitável falar do Rodrigo Mora no meio-campo. O número 10 João Simões é um caso sério e os dois extremos [Geovany Quenda e Cardoso Varela] também têm talento, mas é a equipa que faz sobressair as individualidades."

Rodrigo Mora tem sido um dos destaques de Portugal e entra na final como Melhor Marcador do torneio, com cinco golos, sendo que o último permitiu a reviravolta épica diante da Sérvia e colocou a seleção na final. Nascido em 2007 e formado pelo FC Porto, Mora deve integrar a pré-época do plantel principal, depois de se ter estreado na II Liga com 15 anos, tornando-se no mais jovem a jogar na prova.

> "É inevitável falar de Rodrigo Mora, João Simões e nos dois extremos [Geovany Quenda e Cardoso Varela], mas é a equipa que faz as individualidades sobressaírem", diz Márcio Sousa.

A baliza tem estado entregue a Diogo Ferreira. Nascido em Viseu em 2007, o guarda-redes do Benfica espera fazer o mesmo caminho de Diogo Costa, Campeão da Europa de Sub-17 em 2016 e, agora, o dono da baliza da seleção A. Tem Neuer, Buffon e Ter Stegen como referências e Ronaldo como ídolo.

O algarvio João Simões já assinou contrato profissional com o Sporting. O esquerdino camisola 10 da seleção é o maestro e um dos capitães.

O também sportinguista Geovany Quenda tem a integração no plantel principal garantida. Nascido na Guiné-Bissau, em 2007, é conhecido como *Maradona de Alcochete* e joga nos Sub-23.

A coqueluche da equipa é Cardoso Varela, extremo nascido em Angola. Tem apenas 15 anos e um futuro promissor: afinal tornou-se no mais jovem da história a ter jogado na *Youth League* pelo FC Porto (15 anos e um mês), sendo já cobiçado por PSG, Barcelona, Real Madrid, Manchester City e Bayern.

isaura.almeida@dn.pt

Sérgio Conceição diz adeus ao FC Porto: "Fui sempre fiel"

DESPEDIDA O treinador colocou um ponto final na relação com os dragões através das redes sociais. Pepe e Francisco Conceição deixaram mensagens.

Sérgio Conceição despediu-se ontem do FC Porto com uma mensagem nas redes sociais, na qual lembrou um ciclo que chegou ao fim e que "começou há mais de 30 anos" quando entrou no antigo Estádio das Antas pela mão do seu pai.

"Não fui sempre o mais fácil, o mais bem-humorado. Mas fui sempre frontal, leal e fiel, tanto ao clube como a cada uma das pessoas com que me cruzei", escreveu, lembrando que foram "17 títulos".

Ao virar a página, o treinador de 47 anos que ontem entregou a denúncia do contrato assinado com Pinto da Costa e que era válido até 2028, disse que se inicia agora "uma nova era" no FC Porto e, nesse sentido, deixou uma certeza: "Acompanharei de longe, mas perto no coração. Serei mais um a torcer, a respeitar este símbolo, independentemente de quem o estiver a usar."

O dia foi repleto de mensagens públicas a Sérgio Conceição, destacando-se o capitão Pepe. "Apareceu num dos momentos mais difíceis da história do clube, sem temer. Sei que pensou sempre no melhor para todos, em especial para o FC Porto", disse o defesa, agradecendo depois ao técnico "pelo que lutou, pelo que ensinou, pelo que conquistou", terminando com a frase: "A história não se apaga."

Também o filho, Francisco Conceição usou as redes sociais para marcar a saída do treinador: "Fizeste o que ninguém tinha feito e entraste na história do clube do teu coração. Deixaste um legado e isso ninguém vai apagar."

Nos próximos dias deve ser oficializado o até agora adjunto Vítor Bruno como treinador principal do FC Porto.

Djokovic desiste do Roland Garros e deixa Sinner N.º 1

TÉNIS O sérvio sofreu lesão num joelho e não pode continuar no *major* francês. O italiano venceu Dimitrov e celebra a subida ao trono mundial.

Novak Djokovic desistiu ontem de Roland Garros devido a uma lesão no joelho direito sofrida no encontro dos oitavos-de-final com o argentino Francisco Cerundolo, que ainda assim não impediu o tenista sérvio de vencer em cinco *sets*. A organização do torneio anunciou a desistência do ainda N.º 1 do Mundo, que assim vai permitir que o italiano Jannik Sinner se torne o novo líder do *ranking ATP* na próxima segunda-feira, quando a lista for atualizada.

"Que posso dizer? É o sonho de todos os jogadores ser N.º 1 do Mundo. Mas ver o Novak retirar-se aqui, penso que é desapontante para toda a gente, por isso desejo-lhe uma recuperação rápida", disse Sinner, que será o primeiro italiano a liderar o *ranking*.

"Tentei não pensar muito, porque costumava ter muitas dificuldades neste torneio. Vou desfrutar e tentar jogar o melhor ténis possível", disse.

A desistência de Djokovic, de 37 anos, permitiu ainda que o norueguês Casper Ruud se tenha apurado diretamente para as meias-finais. Quem também já alcançou esta fase da prova foi Sinner, que venceu o búlgaro Grigor Dimitrov, em três *sets*, com os parciais de 6-2, 6-4 e 7-6 (7-3), em duas horas e 29 minutos, chegando assim, pela primeira vez na sua carreira, às meias-finais do *Grand Slam* parisiense.

Sinner vai agora defrontar o vencedor do encontro entre o espanhol Carlos Alcaraz e o grego Stefanos Tsitsipas, que ainda jogavam à hora de fecho desta edição.

Vítor Serrão "O azulejo encontra-se em todo o mundo onde os portugueses chegaram. É marca patrimonial distintiva"

ENTREVISTA Inserido no ciclo de debates *online A Arte do Azulejo em Portugal*, da Academia das Ciências de Lisboa, entabulamos conversa com Vítor Serrão, historiador de Arte. O também Professor Catedrático Emérito da Universidade de Lisboa leva à conferência de 5 de junho (às 18.00 horas) o tema *O Azulejo e os Fingimentos Cerâmicos*".

TEXTO **JORGE ANDRADE**

LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS

Vítor Serrão escolheu *Os Fingimentos*, um tema muito pouco explorado ainda.

Na apresentação que leva à conferência detém-se no azulejo nacional e descreve-o como uma "característica distintiva da arte portuguesa", acrescentando-lhe a "imaginosa capacidade de criar efeitos cenográficos poderosos". A que efeitos se refere?

Entre as modalidades artísticas que caracterizam a cultura do nosso país em termos de práticas continuadas e dialetos identitários, o azulejo ocupa lugar de grande destaque. Desde o século XV, com fases de grande brilhantismo e originalidade, a prática dos revestimentos azulejares contribuiu para requalificar a arquitetura sacra e civil, dotando-a de um significativo caráter cenográfico. Trata-se, pois, de uma linguagem artística cuja projeção na vivência quotidiana se tornou de grande impacto visual e com força caracterizadora da construção, tanto nas fachadas como nos espaços interiores. Todos podemos avaliar esse efeito e constatar que se trata de um verdadeiro "contentor de memórias e afetos acumulados", tal como diz a estudiosa da azulejaria luso-brasileira Dora Alcântara, que vê justamente na criação azulejar "uma sinalização viva das nossas mais profundas raízes identitárias".

Também destaca os "processos de fazer". De que forma fizemos e como substanciam esses processos uma arte singular, com características portuguesas?

Lamentavelmente, dominou na História da Arte doméstica um olhar distraído, arrogante e automenorizador. Durante muito tempo o azulejo foi considerado "arte menor", de efeito exclusivamente decorativo e sem capacidades para competir com as "artes eruditas". Tal como outras "artes ornamentais", como a talha dourada, o embrechado, o esgrafito, o fresco, o *stucco*. Mas a verdade é que a linguagem azulejar soube empregar os melhores artistas, incluindo os que tinham formação internacional. É conhecido o caso de António de Oliveira Bernardes, ótimo pintor de óleo e fresco que, na viragem do século XVII para o XVIII, se dedicou sobretudo à azulejaria

> *"Durante muito tempo o azulejo foi considerado 'arte menor', de efeito exclusivamente decorativo e sem capacidades para competir com as 'artes eruditas'."*

e nos legou obras prodigiosas. O fabrico de azulejos, que não se restringiu a Lisboa, o centro principal, mas também a Coimbra, e até a Serpa, gerou em algumas fases produção autóctone que se espalhou por quatro continentes onde a influência portuguesa se manifestou e miscigenou. O grande valor do azulejo é que, mesmo em situações de periferias e regionalidade, soube reinventar as suas próprias soluções. Com a autonomia da História da Arte no século passado pôde-se finalmente consagrar o sentido original e eterno do azulejo. Os estudos de referência de José Queirós, Vergílio Correia, Reynaldo dos Santos e, sobretudo, João Miguel dos Santos Simões e José Meco, muito contribuíram para o seu definitivo reconhecimento, que hoje é consensual. Novos e ambiciosos programas, como o *AZ-Infinitum* do ARTIS-UL, coordenado por Rosário Salema de Carvalho, e o *SOS-Azulejo*, dirigido por Leonor Sá, abriram campo a outras perspetivas, desde a inventariação integral à salvaguarda.

Em momento anterior referiu-se ao azulejo como "a nossa ardência cenográfica". Qual o alcance destas suas palavras?

Este ciclo que o Instituto de Alta Cultura da Academia das Ciências promove vem mostrar, mais uma vez, como se processou a relação viva do azulejo com as arquiteturas sacra e civil. Uma relação expressa em efeitos decorativos integrais ou em narrações iconográficas coerentes. Como especificidade do património português, assume-se uma manifestação de grande projeção cenográfica, capaz de animar espaços de arquitetura chã e perímetros urbanos com a força policroma das fachadas revestidas de cerâmica. O azulejo encontra-se em todo o mundo onde os portugueses chegaram, do Oriente às Américas. É marca patrimonial distintiva. Com o seu estudo, salvaguarda e proteção, que importa cumprir como imperativo das políticas culturais, contribuímos para o reconhecimento de um acervo que possui inegáveis valências universais. É por tudo isto que o azulejo português é um *unicum* no contexto internacional.

Quer relevar alguns exemplares da nossa azulejaria que se destacam neste domínio?

Existem, apesar das lamentáveis destruições, por exemplo as dos "restauros puristas" do Estado Novo, milhares de exemplos de qualidade magistral, desde a Igreja de Marvila, em Santarém, no século XVII, às igrejas da Misericórdia de Évora e de São Lourenço de Almancil, na fase barroca-joanina, às fachadas românticas de Lisboa – e de Belém do Pará –, no século XIX, às intervenções modernas de Maria Keil, e outros, na Avenida Infante Santo, sem esquecer das Estações do Metropolitano de Lisboa.

Sublinha que no contexto da arte portuguesa o tema dos fingimentos ainda é pouco explorado. Não obstante, há alguns trabalhos que queira destacar?

Escolhi este tema para o curso justamente por ser dos menos estudados. Mas o azulejo ofereceu e oferece, neste domínio dos fingimentos cenográficos, uma arma relevante. No século XVII, por exemplo, existem brutescos pintados no azulejo cozido, associados a azulejos reais, à entarsia simulada, a fictícios marmoreados, a *stucchi*, esgrafitos. Ainda há pouco revalorizei uma esquecida capela, a de S. José, em Azinhaga, do século XVII, belo exemplo de como o azulejo de padronagem, a talha dourada, a pintura de brutesco, a imaginária e os têxteis fingidos se souberam reunir num singular programa artístico unívoco. Um espaço belíssimo, e pouco conhecido. Os portugueses viajam pouco no seu próprio país e desconhecem muitas obras-primas do nosso proverbial engenho de inventar espaços, que foi uma nota constante em nove séculos de arte portuguesa.

A "ardência cenográfica" a que alude mantém-se patente na azulejaria contemporânea?

Para mim, todas as obras de arte são *contemporâneas* justamente porque estão aptas a abrir-se à sedução, independentemente do seu tempo histórico específico. Penso que o conceito de *trans-contemporaneidade* é essencial na fruição de todas as obras de arte. O azulejo, de simples matéria frágil pintada e cozida, tem sempre sabedoria e engenho para se multiplicar, seja do século XVI ou do século XXI, em efeitos visuais diversificados que assumem fortíssimas concatenações estéticas cheias de memórias e afetos. Gosto muito, por exemplo, da intervenção plástica no novo átrio da Estação Sul e Sueste [*Cota Zero*, por Catarina e Rita Almada-Negreiros, 2011]. E do trabalho da Galeria Ratton neste domínio da afirmação do azulejo contemporâneo. Em todas as obras de arte, o fascínio estético rima com a sua fragilidade. Por isso não é demasiado insistir numa política de Gestão Integrada do Património, onde o Estado e as Autarquias, as Universidades e Academias, a Igreja, as associações cívicas, públicas e privadas, e a população no seu todo, se irmanem no sentido de preservar o azulejo, combatendo a ruína, o furto, a incúria e a desmemória. Trata-se de um imperativo democrático para a defesa de uma mais-valia que é de todos.

Acesso à conferência:
Link: https://videoconf-colibri.zoom.us/j/94839946250
ID Reunião: 94839946250

Viale Moutinho vence Prémio de Literatura

O escritor, e ex-jornalista do DN, José Viale Moutinho é o vencedor do *Grande Prémio de Literatura dst 2024*, com a obra de poesia *Desaparecimento Progressivo*, anunciou ontem o Grupo dst que promove o galardão. O júri sustentou a escolha desta obra pela "depuração poética, não-idêntica a qualquer cânone".

A escritora Lídia Jorge e o professor de Literatura da Universidade do Minho Carlos Mendes de Sousa constituíram o júri desta edição do prémio, que foi presidido por José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores.

Com o valor de 15 mil euros, o prémio foi este ano dedicado a obras de poesia de autores portugueses, publicadas em 2022 e 2023, e será entregue ao vencedor no próximo dia 28, numa sessão no Theatro Circo, em Braga.

O *Grande Prémio de Literatura dst* tem um funcionamento rotativo, premiando num ano uma obra em prosa e, no seguinte, uma obra de poesia.

Nas três mais recentes edições do prémio dedicadas a poesia, os vencedores foram *Movimento*, de João Luís Barreto Guimarães (2022), *Junto à Pedra*, de Fernando Guimarães (2020), e *Oblívio*, de Daniel Jonas (2018). *O regresso de Júlia Mann a Paraty*, obra assente em três novelas de Teolinda Gersão, venceu o *Grande Prémio de Literatura dst*, em 2023.

dnot@dn.pt

José Viale Moutinho
Escritor e poeta

avisos, tribunais e conservatórias

AVISO

Para os devidos efeitos, a União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras, em cumprimento da deliberação de órgão executivo a 8 de abril de 2024, faz público que se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público tendo em vista o preenchimento de três (3) postos de trabalho, abaixo discriminado, previstos no Mapa de Pessoal desta Autarquia, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data do presente aviso no *Diário da República* n.º 11606/2024/2, de 31 de maio de 2024, nos termos dos artigos 30.º e 33.º do anexo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugados com o disposto na alínea a), ii), do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (doravante designada por Portaria).

Caraterização sumária dos Postos de Trabalho a ocupar:

Concurso – Assistente Técnico (contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado): as funções a realizar são de natureza executiva, de aplicações de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comum e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços. Desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais, atendimento ao público, apoio logístico, funções de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços.

Concurso – Assistente Operacional (contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado): as funções a realizar são de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforços físicos e a condução de viaturas de serviço. Desenvolver tarefas simples de caráter manual e exigindo, principalmente esforço físico e conhecimentos práticos, nomeadamente trabalhos gerais de carpintaria, manutenção de espaços verdes, limpeza de vias, sarjetas e sumidouros, pequenos trabalhos de construção civil em escolas, vias e mobiliário urbano.

Mais se informa de que as candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado, mediante formulário de candidatura, de utilização obrigatória, disponível nos serviços ou em **www.uniaof-malagueirahfigueiras.pt**. As candidaturas devem ser dirigidas ao Presidente da União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras. A entrega pode ser pessoalmente, na Praça Zeca Afonso, 15, 7000-379 Évora; enviada pelo correio, mediante carta registada com aviso de receção, para a Junta da União das Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, sito na Praça Zeca Afonso, 15, 7000-379 Évora; e por correio eletrónico, para **geral@uniaof-malagueirahfigueiras.pt**. A presente informação não dispensa a consulta do aviso publicado em *Diário da República* e na página eletrónica (**www.uniaof-malagueirahfigueiras.pt**).

Évora, 9 de maio de 2024

O Presidente da Junta de Freguesia: *Ananias Delfim Courelas Quintano*

diversos

AUGI – ÁREA URBANA DE GÉNESE ILEGAL BAIRRO MIGARRINHOS – LOURES

CONVOCATÓRIA

Caros comproprietários:

Ao abrigo do art.º 11 da Lei 91/95, de 2 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas leis n.ºs 165/99, de 14 de setembro, 64/2003, de 23 de agosto, 10/2008, de 20 de fevereiro, 79/2013, de 26 de dezembro, e 70/2015, de 16 de julho, convoca-se a Assembleia de Administração Conjunta de comproprietários dos prédios integrados na AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal – denominada Bairro Migarrinhos, na freguesia e concelho de Loures, descritos na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob o n.º 2564 e inscritos na matriz predial sob parte do artigo 2.º da secção C.

A Assembleia terá lugar no dia 22 de junho de 2024, sábado, pelas 9.30 horas, no Lote 26 do Bairro Migarrinhos, freguesia e concelho de Loures, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - Análise e votação das contas da responsabilidade da Comissão de Administração referentes aos anos de 2022 e 2023.

Ponto 2 - Renovação do Mandato ou substituição da Comissão de Fiscalização.

Ponto 3 - Informações sobre o andamento do processo de reconversão.

Ponto 4 - Discussão, apresentação de propostas e deliberação acerca da resolução da situação do comproprietário Senhor Manuel Carvalho e da RAN.

Ponto 5 - Informações diversas.

Não havendo número legal de comproprietários para deliberar em primeira convocação, convoca-se desde já a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocação, com a mesma Ordem de Trabalhos, no mesmo dia e local, pelas 10 horas, deliberando então com qualquer número de proprietários presentes, desde que sejam os suficientes para cumprir o estabelecido legalmente.

Bairro Migarrinhos, 28 de maio de 2024

O presidente da Comissão de Administração

CHAMADA GRATUITA

CALL CENTER **800 200 226**

ANUNCIAR é FÁCIL

emprego

RECRUTAMENTO DE DIRETOR DO NÚCLEO DE EXPEDIENTE GERAL

A Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa, que tem por missão a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região de Lisboa, pretende recrutar um trabalhador para o provimento, em regime de comissão de serviço, com a duração de cinco anos, renovável por uma vez, no cargo de direção intermédia de Diretor do Núcleo de Expediente Geral.

Para acesso à informação detalhada, nomeadamente os requisitos exigidos e os métodos e critérios de seleção, poderão os interessados consultar o aviso do concurso publicado em **www.ertlisboa.pt.**

A data-limite para entrega das candidaturas é de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicitação na Bolsa de Emprego Público.

29 de maio de 2024

A Presidente da Comissã Executiva

Carla Salsinha

Um roteiro pelos melhores restaurantes de Lisboa

GASTRONOMIA O concurso *Lisboa à Prova* distinguiu recentemente sete restaurantes da capital com a classificação máxima, ou seja, com *3 Garfos*. São esses que aqui vamos conhecer.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

Há 140 restaurantes acabadinhos de ser premiados no concurso gastronómico *Lisboa à Prova*, após vários meses de visitas por um júri que avalia a cozinha, o serviço, o ambiente e a relação qualidade/preço. Sete deles foram galardoados com a distinção máxima de *3 Garfos*. E é nesses que nos centramos aqui.

Kabuki

Aqui faz-se o ponto de encontro entre o Japão e o Mediterrâneo. É mais um restaurante situado no Ritz Four Seasons, o qual tem o produto, rigor, qualidade e elegância como ponto de partida. Abriu em dezembro de 2021, tendo ganho alguns meses depois, a primeira Estrela Michelin, revalidada este ano pela mão do *chef* Sebastião Coutinho. Entre os pratos mais icónicos estão o *usuzukuri* à bulhão pato, o *usuzukuri* de carabineiro, o *nigiri* de ovo estrelado com trufa, o *nigiri* de *chutoro* Dijon, o *nigiri* de *toro flambé*, o *guindara* no *miso* ou o *mochi* de pastel de nata.
Morada: Rua Castilho, 77-B

Alma

"No Alma procuramos servir mais do que uma refeição: servimos emoções, identidade, conhecimento. No fundo, procuramos desenvolver uma cozinha com profundidade, que é também uma consequência das nossas experiências." É assim que o restaurante de alta gastronomia de Henrique Sá Pessoa, que detém duas estrelas Michelin desde 2018, é apresentado no *site* oficial. Atualmente, o espaço tem, além do menu *à la carte*, dois menus de degustação: o *Costa a Costa* (190€), que é uma homenagem aos peixes e mariscos da nossa costa, e o *Alma* (190€), que se inspira nos clássicos do *chef*. Um tem Lula recheada, Carabineiro, Arroz de tamboril e lavagante e Lombo de robalo. O outro inclui bacalhau, carne de porco à alentejana e arroz doce. A mais recente novidade é o lançamento de um *pairing* sem álcool.
Morada: Rua Anchieta, 15

Cura

Uma engenhosa curadoria está na essência do Cura, garante-se neste restaurante de alta cozinha com uma estrela Michelin, situado no Hotel Ritz Four Seasons. É aqui que o *chef* Pedro Pena Bastos, conhecido do grande público de uma edição do programa *Masterchef*, cria pratos artesanais "de grande profundidade, gosto e significado". Atualmente, o Cura tem à escolha três menus de degustação: o vegetariano, *Raízes*; o mais ligeiro *Meia Cura*; e o *Origens*, que faz uma viagem aos sabores da cozinha contemporânea portuguesa. Lula, com avelã, bergamota, manteiga de alga torrada e caviar Ossetra é um dos pratos de assinatura.
Morada: Rua Rodrigo da Fonseca, 88

Varanda

Mais um restaurante situado no Ritz Four Seasons. Este, com uma extensa garrafeira e vista para o Parque Eduardo VII, pratica uma cozinha mediterrânica contemporânea. Ao almoço, serve um *buffet* com uma escolha que vai desde charcutaria, saladas e *sushi*, a pratos quentes que incluem normalmente alguns clássicos da cozinha portuguesa. À entrada, encontra-se a estação de sobremesas, a não perder, e a experimentar algumas das criações do *chef* executivo de Pastelaria Diogo Lopes. Ao fim de semana, serve também um *brunch*.
Morada: Rua Rodrigo da Fonseca, 88

Sála

Jovem, mas maduro, rebelde, mas sofisticado e intimista. É assim que se define o restaurante Sála do *chef* João Sá, que comemora este ano, em que conquistou a primeira estrela Michelin, o seu sexto aniversário. "A minha abordagem culinária é fortemente influenciada pelas viagens realizadas pelos portugueses e pela estreita ligação com a gastronomia nacional e os seus produtos", diz o *chef* no *site*. Por isso, aqui não se serve carne, assumindo o peixe o papel principal, ao lado de mariscos da nossa costa e vegetais frescos. Atualmente, a carta tem dois menus: o *Horizonte à vista* (90€), composto por sete momentos, e o *À procura de novas texturas* (120€), que conta com 10 momentos e que contempla as mesmas opções do primeiro, às quais se juntam Cuscos com Coentrada e Lingueirão e Enguia em Caldeirada e Alho negro. Ambos têm, por exemplo, Santola com Caril Goês e Harissa, Gamba listada com Tom Yum e Vatapá ou Polvo com alga e arroz.
Morada: Rua dos Bacalhoeiros, 103

Lapa

Situado no Hotel Olissippo Lapa Palace, escolhido pela aristocracia internacional, políticos e artistas, o restaurante Lapa "oferece-lhe uma tentação para os sentidos, através de pratos autênticos e provocadores... deixando permanecer uma memória gastronómica inesquecível". É esta a promessa anunciada pelo espaço liderado pelo *chef* Hélder Santos. Além de pratos à carta, sugere-se um menu de degustação (68€), que inclui, por exemplo, tártaro de atum, salmonete arrepiado, leitão confitado a baixa temperatura e trouxas de ovos.
Morada: Rua do Pau de Bandeira, 4

Pabe

Este é um clássico. Aberto em 1972, o Pabe privilegia a qualidade e a sazonalidade dos produtos, tendo como ponto de partida as origens e tradições gastronómicas portuguesas. Da ementa destacam-se, nas entradas, a *vichyssoise* de alho francês com tártaro de vieira ou a sapateira com aromas de tártaro e seu molho. No peixe, há vários bacalhaus, polvo à lagareiro ou arroz de garoupa com camarão; e nas carnes, a proposta varia entre lombo de novilho, tornedó rossini, barriga de leitão com laranja aromatizada com pimenta rosa, cabrito assado ou *Wagyu* braseado com cogumelos, legumes e jus de vaca. As tentações são muitas, mas os crepes Suzette *du Mêtre* são o *ex-libris* da casa.
Morada: Rua Duque de Palmela, 27-A

Diario de Noticias

HORAS DE DOLOROSA ANSIEDADE

O GOVERNO ESPERA QUE OS OFICIAIS AVIADORES SE RENDAM

seja por fome, seja por outro qualquer motivo; tornando-lhes impossivel comunicar com quemquer na barricada da Amadora

OS REVOLTOSOS, PORÉM, NÃO ACEDEM A CAPITULAR

Um agitado debate na Camara dos Deputados

O CRITERIO DAS VARIAS FACÇÕES PARLAMENTARES

UMA PAGINA da Grande Guerra

LISBOA-MACAU

AUTOMOBILISTAS

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 5 DE JUNHO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES: Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

REDACTOR PRINCIPAL: José Rangel de Lima

CHEFE DA REDACÇÃO E EDITOR: Acurcio Pereira

A chamada para a sessão de ontem, na Camara dos Deputados, fez-se ás 3 horas e 10 minutos, sob a presidencia do sr. Afonso de Melo, respondendo 46 parlamentares.

Logo de começo se nota um grande enervamento de espirito no sector nacionalista, de onde partem frases desfavoraveis á maneira como tem sido encaminhado o grave conflito aberto entre o poder executivo e a aviação militar.

O sr. **Antonio Maia** (sem filiação) requere para, em negocio urgente, tratar do assunto.

Por entre exclamações indignadas do centro, que, unanimemente, vota o requerimento, os democraticos rejeitam-no, á excepção de quatro.

Ha contra-prova, com contagem, saindo da sala, durante ela, alguns democraticos, razão pela qual se verifica falta de numero, pois somente se manifestaram 43 parlamentares: 31 rejeitando e 12 aprovando.

Em harmonia com as disposições regimentais, faz-se votação nominal, enquanto se ouvem calorosos ápartes.

O sr. **Sá Pereira** (democratico), que votára favoravelmente:—Acabe-se com isto! Acabe-se com uma comedia que pode degenerar em tragedia!

Alguns nacionalistas, em voz vibrante:—Apoiado! O caso é muito grave!

Concluida a chamada, a mesa anuncia terem dito «aprovo» 43 deputados e «rejeito» 21.

Então, o sr. **presidente** dá a palavra ao sr. **Antonio Maia**, mas este senhor diz:—Eu, efectivamente, desejo tratar do assunto, que está interessando o país, mas só quando estiver presente o sr. presidente do Ministerio ou o sr. ministro da Guerra. E prometo que procurarei ser calmo.

O sr. **Paiva Gomes** (democratico), em áparte:—Ha-de ser dificil...

O sr. **Lopes Cardoso** (nacionalista) pregunta ao sr. presidente:—V. Ex.ª sabe informar-me sobre se o sr. presidente do governo vem á Camara?

O sr. **presidente** responde que já mandou procurar o sr. Alvaro de Castro, mas que não sabe onde s. ex.ª se encontra, e os nacionalistas fazem reparos a essa resposta com certa vivacidade, ouvindo-se frases como esta:

—O governo está ausente em parte incerta, quando o seu dever era estar aqui.

A esquerda riposta com outros ápartes e o sr. **Lopes Cardoso** diz:—Mas estando presente o sr. ministro das Colonias, talvez sua ex.ª possa responder pelo governo.

O sr. **ministro das Colonias** (Mariano Martins), levantando-se, dirige ao sr. Lopes Cardoso breves palavras que não se percebem na tribuna da imprensa, e o sr. **Moura Pinto** (nacionalista) pregunta, em tom de comentario alegre:—Não está, ao menos, o sr. ministro das Finanças?

O caso dá motivo a risos, visto que o sr. Alvaro de Castro, além de presidente do Ministerio, é, cumulativamente, o ministro das Finanças.

O sr. Cunha Leal fala em nome da minoria nacionalista

Entretanto, comparece o sr. dr. Alvaro de Castro, seguido pelo sr. ministro da Guerra e outros membros do governo, e toma o seu lugar na bancada ministerial, enquanto na sala se produz um certo sussurro de ansiada espectativa.

O sr. **presidente**:—Tem a palavra o sr. Cunha Leal.

Então, o sr. **Cunha Leal** («leader» nacionalista), que se inscrevera antes do sr. Antonio Maia para quando o chefe do governo estivesse presente, inicia o seu discurso por dizer que jámais em sua vida se sentiu tão embaraçado, porque tem de cumprir dois deveres ao mesmo tempo. Fala em nome da minoria nacionalista, mas qualquer que seja a sua revolta por determinados assuntos, não deseja que o seu partido tambem concorra para a indisciplina. Acima do seu dever de homem disciplinado está o seu sentimento de humanidade, e, por isso, não pode a sangue-frio contribuir para que sejam fuzilados 17 homens por 3.000 que neste momento, segundo se diz, cercam o campo da Amadora, onde os oficiais da aviação se encontram concentrados. Nem ao seu partido nem a ele, orador, cabe qualquer intuito de especulação, mas a minoria encarrega-o de significar duas coisas ao governo: a sua consideração pelo sr. ministro da Guerra e de lhe dizer que a sua acção só complica e revolta, porque sua ex.ª enxerta complicações noutras complicações por si criadas. Talvez que o sr. Americo Olavo, encarando a disciplina dum modo que julga mais concentaneo com o bom criterio, seja nas melhores intenções que complica todos os assuntos. Mas, por uma questão de humanidade, o sr. ministro da Guerra tem de ser mais cauteloso. E' preciso que haja serenidade na emergencia actual. Todos os aviadores que estão na Amadora se têm distinguido pela sua bravura e pela sua lealdade e é com eles que o sr. ministro da Guerra se encontra em tão aspero antagonismo por uma falta sua de habilidade. Mas o que dirão—pregunta—os heroicos aviadores Sarmento de Beires e Brito Pais quando souberem o que se está passando? Como sangrará a sua alma de patriotas! Nesta hora em

Telef.—365, 534, 2446 e 5310

Um agitado debate na Camara dos Deputados

O govêrno confia ao Poder Legislativo a apreciação da sua atitude, sendo-lhe ratificada a confiança por 51 votos contra 24

O CRITERIO DAS VARIAS FACÇÕES PARLAMENTARES

que a sociedade portuguesa atravessa uma onda de desorientação, indispensavel se torna a maior serenidade na solução do caso sujeito e que deve ser resolvido dentro da equidade e da disciplina.

—E está o sr. ministro da Guerra solidamente dentro dos rigidos principios da disciplina?—pregunta ainda. Pode ser que esteja. Mas mal empregada é a sua boa vontade!... A sua acção como ministro tem sido uma acção meramente policial e anti-politica. E, em nome da humanidade, ele, orador, declara que não quere ser réu da impassibilidade ante a iminencia do fuzilamento de 17 bravos, valentes e honrados.

O orador conclui apelando para o bom criterio do governo, a fim de que este evite maiores complicações ao país.

O chefe do govêrno faz interessantes declarações.

Seguidamente é dada a palavra ao sr. **presidente do Ministerio** (Alvaro de Castro), que dirige á mesa a seguinte pregunta:—Desejava saber se este assunto está sendo debatido com o voto da Camara.

O sr. **presidente** responde afirmativamente e o sr. **presidente do Ministerio** diz que o governo dá a devida significação a esse voto da Camara que aceitou a urgencia requerida pelo sr. Antonio Maia. E faz este reparo—diz—para que a Camara o compreenda bem. Tanto o governo como o sr. ministro da Guerra agradecem os oferecimentos do partido nacionalista relativamente ao caso em discussão, que não é um conflito, mas sim um gesto de rebelião militar. Ora, sendo o Parlamento a unica entidade competente para resolver o problema, só pode fazê-lo duma destas maneiras:—dizer ao sr. ministro da Guerra que ele cumpriu o seu dever e que, por consequencia, deve continuar a cumpri-lo; ou dizer-lhe que não cumpriu o seu dever e que não o sabe cumprir. Se a resposta fôr favoravel no sentido desta segunda hipotese, ele procederá com toda a energia.

Das bancadas nacionalistas:—Ouçam! Ouçam!

O orador, continuando, diz estarmos em face dum acto gravissimo de rebeldia sujeita ás sanções disciplinares e que se houvesse o emprego da força das armas, não seria a primeira vez que se verteria sangue de portugueses para se restabelecer a disciplina. Passando a historiar a largos traços como se iniciou e tem decorrido o incidente, o sr. Alvaro de Castro, referindo-se á moção do sr. Antonio Maia, rejeitada na vespera, diz que a Camara a rejeitou por ela conter materia de desconfiança ao sr. ministro da Guerra e a afirmação de que o decreto que exonerou o sr. Cifka Duarte de director da Aeronautica Militar era inconstitucional. Por consequencia, deve concluir daí que o Parlamento se pronunciou pela constitucionalidade desse diploma.

Da direita:—Nada, nada! Não foi nada disso!

O **orador**, sem se perturbar, prossegue. Disse e repete: o governo empregou todos os meios suasorios, esgotando-os, possiveis para suasoriamente evitar uma luta sangrenta.

Ouvem-se «não apoiados» dos nacionalistas.

O governo—acrescenta o sr. Alvaro de Castro—significou á Camara que desejava meter na ordem os elementos transviados, mas salientou que só o queria fazer com todas as cautelas. Por isso consentiu que o coronel sr. Morais Sarmento fôsse á Amadora, a fim de dizer aos oficiais rebelados que o seu acto era improprio. Mas esses oficiais, desfazendo-se em atenções para esse seu superior, recusaram-se a modificar a sua atitude. Apesar do fracasso dessa diligencia, o comandante da 1.ª divisão, general sr. Roberto Baptista, foi em pessoa junto dos revoltados tentar no mesmo sentido, sendo tambem inuteis os seus esforços. E não querendo ainda tomar a atitude que desde logo se impunha, o general sr. Roberto Baptista mandou depois o Chefe do Estado Maior intimar os insoburdinados a apresentarem-se no Quartel General. O resultado foi identico; e, portanto, o sr. ministro da Guerra entendeu que devia mandar pôr em prática os meios convenientes para fazer submeter os revoltosos á obediencia. O governo não aliena as suas responsabilidades e se preciso fôsse submetê-los pelas armas e pelo fogo não haveria hesitações.

Contudo, já começaram a retirar, na sua maior força, as tropas que formavam o cêrco á Amadora, porquanto os sargentos que estavam ali já se apresentaram, pelo que vão ser louvados, tendo tambem saído do campo, por conselho dos insubordinados, os soldados que com eles faziam serviço. Estão na Amadora, no proposito de não se renderem, apenas 17 oficiais, que o governo espera render, sem um tiro, evitando-lhes toda e qualquer comunicação. Esses homens render-se-ão talvez pela fome ou por qualquer outra razão do seu isolamento, garantido pelas forças que ficaram cercando o local onde eles se encontram.

Esta declaração impressiona visivelmente a Camara, ouvindo-se os mais diversos ápartes, e o sr. Alvaro de Castro, prosseguindo, diz que se o governo continuar no poder manterá a situação de prisão ampla, no Campo da Amadora, e que deu ordem ás forças do cêrco que não disparem, mesmo que sejam hostilizadas.

E sendo este o estado da questão, adianta o sr. presidente do Ministerio, a Camara resolveu com maior rapidez do que aquela que o governo desejaria; isto, como já disse, depois de pacientes mediações levadas nas ultimas horas a efeito por individualidades altamente categorizadas a quem os rebeldes puseram alvitres inteiramente inaceitaveis, entre os quais este: que as tropas do cêrco retirariam para além de certo numero de quilometros.

A situação—diz—é nitida, é clara e não inspira aquele pavor que as palavras eloquentes do sr. Cunha Leal deixaram transparecer. E' o minimo que o governo pode fazer em regime de necessaria violencia. E' certo que os oficiais aviadores merecem toda a consideração, mas isso não é motivo para se lhes autorizar uma situação privilegiada em relação a todos os outros oficiais do exercito. Bem gloriosos foram os serviços do general Gomes da Costa, cujo peito está constelado de medalhas, e isso não impediu que ele ainda não ha muito sofresse prisão. Oficial ilustre era Dantas Baracho e ele tambem sofreu igual castigo. E a quantos oficiais distintos tem sucedido o mesmo? Então, como se quere agora alegar actos heroicos para justificar actos de rebelião? Este governo impôs-se a dura e ardua missão de meter a sociedade portuguesa na ordem e no respeito da hierarquia. E os seus esforços têm encontrado eco no país.

O sr. Alvaro de Castro alude seguidamente ás ultimas greves e á interferencia que o governo teve nelas.

O sr. **Agatão Lança** (independente), interrompendo, pregunta ao chefe do governo que fundamento tem a versão de que alguns elementos da marinha de guerra ofereceram o seu apoio aos oficiais aviadores, respondendo-lhe o **orador** que tal se não deu e que todas as forças se encontravam ao lado da disciplina e da ordem, isto é, numa atitude absolutamente louvavel.

*

(Continúa na 2.ª pagina)

CUMPRIMENTOS

Na madrugada de ontem, esteve na nossa redacção um grupo de estudantes representando o orpheon de Coimbra, o qual veio apresentar-nos os seus cumprimentos, gentileza que muito agradecemos.

Portugal nos *play-offs* do Euro feminino de 2025

A seleção portuguesa feminina de futebol garantiu ontem a passagem aos *play--offs* para o Campeonato da Europa de 2025, ao vencer na Irlanda do Norte por 2-1, em jogo da quarta jornada. No Estádio Mourneview Park, em Lurgan, as norte--irlandesas até começaram melhor, com um golo logo aos cinco minutos, anotado por Wade, mas a equipa portuguesa, que manteve assim o pleno de vitórias no Grupo B3, virou o resultado ainda na primeira metade, com tentos de Kika Nazareth (*a festejar na foto*), aos 18 minutos, e de Andreia Norton, aos 30.

HERNANI PEREIRA / FPF

Governo propõe aumento de 300 euros à PSP e GNR

SEGURANÇA Três sindicatos abandonaram a reunião com a equipa da ministra da Administração Interna por não concordarem com a proposta apresentada.

O Governo propôs ontem um aumento de 300 euros no Suplemento de Risco da PSP e GNR, valor que será pago de forma faseada até 2026, passando o suplemento dos atuais 100 para 400 euros.

Segundo a proposta, que à hora de fecho desta edição ainda estava a ser apresentada pela ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, aos sindicatos da PSP e associações da GNR, os 300 euros de aumento seriam pagos por três vezes, sendo 200 euros em julho e os restantes no início de 2025 e 2026, com um aumento de 50 euros em cada ano.

Com esta proposta, a que Lusa teve acesso, a vertente fixa do atual Suplemento por Serviço e Risco nas forças de segurança passa dos 100 para os 400 euros, mantendo a vertente variável de 20% do ordenado-base dos militares da GNR e polícias da PSP.

Inicialmente, a ministra começou por se reunir com os sete sindicatos da PSP, mas ao fim da tarde as cinco associações da GNR juntaram-se à reunião, estando reunidos em conjunto.

Entretanto, a Associação Sindical Autónoma de Polícia, que não faz parte da plataforma dos sindicatos da PSP e associações da GNR, abandonou as negociações por não concordar com a proposta.

O presidente do SIAP, Carlos Torres, disse aos jornalistas que "abandonaram as negociações porque a contraproposta que a ministra apresentou ainda é muita curta", acrescentando que esta será a última proposta apresentada pelo Governo. "O SIAP não concorda e, ao não concordar, não pode continuar na mesa de negociações", disse, admitindo formas de luta no futuro.

Também o presidente do Sindicato Nacional da Polícia, Armando Ferreira, afirmou que "as reuniões acabaram para o Sinapol", explicando que "já não há mais reuniões com a ministra, mesmo sem acordo".

"A vida de uns polícias não pode valer mais do que outros polícias. Não podemos aceitar este valor", disse avançando que o Sinapol pediu reuniões a todo os grupos parlamentares para encontrar soluções. **DN/LUSA**

BREVES

PM apela a condutas que reduzam risco de incêndio

O primeiro-ministro apelou ontem aos portugueses para que tenham condutas que diminuam os riscos de incêndio rurais e contribuam para o país não ser confrontado com este flagelo e as suas consequências. "Aquilo que queria sobretudo dizer aos portugueses é que da parte do Estado estamos todos motivados e estamos todos com o espírito de articulação e de coordenação para diminuir os riscos. Mas é verdade que esse esforço também precisa do impulso de cada cidadão e do impulso de cada comunidade", afirmou Luís Montenegro. O primeiro-ministro deslocou-se a Mação, Distrito de Santarém, para presidir à reunião do Conselho de Coordenação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF). No final, Montenegro proferiu uma declaração aos jornalistas sem direito a perguntas, onde fez "um apelo muito direto aos portugueses" para que "possam ter condutas que diminuam os riscos" e que, dessa forma, "possam contribuir para termos um país que não tenha que ser confrontado todos os anos com o flagelo dos incêndios rurais e com as consequências que muitas vezes eles trazem".

4 detidos em Hong Kong nos 35 anos de Tiananmen

Quatro pessoas foram ontem detidas em Hong Kong, segundo a polícia local, num dia em que se assinalam os 35 anos da repressão na Praça de Tiananmen, em Pequim. "Por volta das 23.30 locais (16.30 hora de Lisboa) (...), a polícia deteve dois homens e duas mulheres por suspeita de terem cometido crimes", segundo um comunicado da polícia citado pelas agências internacionais. Uma das duas mulheres é suspeita de "ofensas relacionadas com intenções sediciosas", um crime previsto na controversa Lei de Segurança Nacional de Hong Kong. Nesta antiga colónia britânica, cuja soberania foi devolvida à China em 1997, tinham sido detidas oito pessoas até segunda--feira, no âmbito da Lei de Segurança Nacional, por mensagens publicadas na internet a propósito da repressão. O aniversário de Tiananmen era assinalado em Hong Kong, nomeadamente com vigílias, mas as iniciativas estão proibidas desde 2020 quando Pequim impôs o quadro legal muito restritivo, na sequência de grandes e por vezes violentas manifestações pró-democracia.
Ontem, segundo relataram as agências internacionais, dezenas de polícias patrulhavam o Parque Victoria, onde dezenas de milhares de pessoas se reuniam normalmente para prestar homenagem às vítimas de Tiananmen.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

56657
5 605290 023002